

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA
Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência

Maria Aparecida Pinto de Souza

**VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL SOB O OLHAR DA TEORIA
CRÍTICA**

Belo Horizonte

2021

Maria Aparecida Pinto de Souza

**VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL SOB O OLHAR DA TEORIA
CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do título de mestra em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

Orientadora: Profa. Dra. Elza Machado de Melo
Coorientador: Prof. Dr. Antônio Aurélio Oliveira Costa

Belo Horizonte

2021

Souza, Maria Aparecida Pinto de.
SO729v Violência e desigualdade social sob olhar da teoria crítica [recursos eletrônicos]. / Maria Aparecida Pinto de Souza. - - Belo Horizonte: 2021.
92f.: il.
Formato: PDF.
Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Elza Machado de Melo.
Coorientador (a): Antônio Aurélio Oliveira Costa.
Área de concentração: Saúde Pública.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Medicina.

1. Capital Social. 2. Violência. 3. Trabalho. 4. Fatores Socioeconômicos. 5. Teoria Crítica. 6. Dissertação Acadêmica. I. Melo, Elza Machado de. II. Costa, Antônio Aurélio Oliveira. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WA 30

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA - CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA/MARIA APARECIDA PINTO DE SOUZA

Realizou-se, no dia 21 de dezembro de 2021, às 14:00 horas, Plataforma on line, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL SOB O OLHAR DA TEORIA CRÍTICA*, apresentada por MARIA APARECIDA PINTO DE SOUZA, número de registro 2019714528, graduada no curso de SERVIÇO SOCIAL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Elza Machado de Melo - Orientadora (UFMG), Prof(a). Antônio Aurélio Oliveira Costa - Coordenador - (PUC/MG), Prof(a). Eugenia Ribeiro Valadares (UFMG), Prof(a). Maria Cristina Soares Magalhães (PUC/MG).

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2021.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Prof(a). Elza Machado de Melo (Doutora)

Prof(a). Antônio Aurélio Oliveira Costa (Doutor)

Prof(a). Eugenia Ribeiro Valadares (Doutora)

Prof(a). Maria Cristina Soares Magalhães (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Elza Machado de Melo, Coordenador(a)**, em 14/01/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Aurélio Oliveira Costa, Usuário Externo**, em 08/11/2022, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Soares Magalhães, Usuário Externo**, em 08/11/2022, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Eugenia Ribeiro Valadares, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 08/11/2022, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com

A minha mãe Augusta, e ao meu saudoso pai Geraldo (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo amor e dedicação incondicional. Às minhas irmãs e irmãos, meus sobrinhos e sobrinhas que amo tanto. À minha amiga do coração, Carol Leal, grande companheira de vida, sempre me estimulando a superar os meus limites pessoais. À minha amiga querida Valéria Amorim, pelo apoio e estímulo ao meu desenvolvimento pessoal. Aos meus amigos de jornada de vida que amo tanto. À minha orientadora e professora Elza, por me acolher, estimulando ao aprendizado e troca de saberes. Ao professor Antônio Aurélio, por seu carinho, e por ter aceitado o desafio da coorientação. À professora Cristina Magalhães, por sempre torcer pela minha vitória e pela troca de aprendizados. À profa. Eugênia, por sempre me estimular, e aceitar o convite para trocar conhecimentos. Aos colegas da turma de Mestrado Profissional, obrigada pela troca e pequenas alegrias. Aos amigos do grupo de estudos do pensamento de Hegel e aos amigos do grupo de estudos de Teoria Crítica. Em especial, o meu novo amigo “Vila” que a vida me presenteou nesta trajetória. Aos colegas de trabalho do PAEFI/CREAS Noroeste. Em especial, a “Natalinha” que sempre incentivou e apoiou nos meus estudos. Às famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Acompanhamento a Famílias e Indivíduos - PAEFI Noroeste pelas trocas e aprendizados que sempre me ofertam. Aos demais colegas do CREAS Noroeste. Às mulheres do Projeto Para Elas – UFMG, em especial a querida Lauriza e Marília (muito carinho por vocês!). A proposta desta dissertação sobre a violência e a desigualdade social foi movida pelo desejo em encontrar caminhos possíveis de felicidade para todos (as) nós, seres humanos, sociais e pertencente à classe trabalhadora. “Trabalhadores do mundo inteiro, Uni-vos” !!!

“[...] Várias vezes me senti menos
homem
Desempregado meu moleque com
Fome
É muito fácil vir aqui me criticar
A sociedade me criou agora manda
me matar
Me condena a morrer na prisão
Virar notícia de televisão
Seria diferente se eu fosse
Mauricinho
Criado a sustagem e leite ninho
Colégio particular depois faculdade
Não é essa minha realidade [...]”

Música Soldado do Morro
Rapper Mv Bill

RESUMO

O presente estudo é um esforço para desvendar, por meio de uma análise crítica, as origens da violência e da desigualdade social sob o olhar dos pensadores da teoria crítica na atualidade. Esta dissertação é uma tentativa de dar visibilidade a algo naturalizado e invisível: a violência estrutural oriunda da relação de dominação do capitalista contra a classe que vive do trabalho que gera sistematicamente pobreza estrutural. Acreditamos que a investigação do fenômeno—violência e desigualdade social - será de fundamental importância para compreendermos os fatores que estão ocasionando o aumento da violência em nossa sociedade. O interesse de optarmos por esta temática não se configurou ao acaso, pois observamos, no cenário atual, um considerável aumento da ocorrência da violência e da desigualdade social. Diante da expansão do capitalismo contemporâneo e da reestruturação produtiva do trabalho, uma grave crise de desemprego estrutural foi gerada dentro do sistema de produção. Outros aspectos relevantes dessa questão na atual conjuntura brasileira estão aliados ao processo de globalização e às mudanças tecnológicas da era digital. Desmistificar o mundo do trabalho é a finalidade à qual nos propomos para compreender o fenômeno da violência, cada vez mais crescente na sociedade brasileira. A metodologia utilizada foi uma revisão teórica dos principais conceitos de estudiosos sobre o capitalismo, trabalho alienado e desemprego estrutural.

Palavras-chave: Capital; Violência; Trabalho; Ideologia; Desemprego; Globalização.

ABSTRACT

The present study is an effort to unveil, through a critical analysis, the origins of violence and social inequality from the perspective of critical theory thinkers today. This dissertation is an attempt to give visibility to something naturalized and invisible: the structural violence arising from the relationship of capitalist domination against the class that lives off work, which systematically generates structural poverty. We believe that the investigation of the phenomenon – violence and social inequality – Will be of fundamental importance for us to understand the factors that are causing the increase in violence in our society. The interest in opting for this theme was not random, as we observe, in the current scenario, a considerable increase in the occurrence of violence and social inequality. Faced with the expansion of contemporary capitalism and the productive restructuring of work, a serious unemployment crisis was generated within the production system. Other relevant aspects of this issue in the current Brazilian situation are allied to the globalization process, and the technological changes of the digital age Demystifying the world of work is the purpose we propose to understand the phenomenon of violence, which is increasingly growing in Brazilian society. The methodology used was a theoretical review of the main concepts of scholars about capitalism, alienated labor and structural unemployment.

Keywords: Capital; Violence; Work; Ideology; Unemployment; Globalization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TRABALHO FORMAL E CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE	19
<i>2.1</i>	<i>A concepção do trabalho, capital e ideologia em Marx.....</i>	<i>19</i>
<i>2.2</i>	<i>Um entrever sobre o Manifesto e a luta de classes</i>	<i>22</i>
<i>2.3</i>	<i>O A mercadoria sob o olhar de Marx.....</i>	<i>24</i>
<i>2.4</i>	<i>O fetichismo e o mistério da mercadoria.....</i>	<i>33</i>
3	OS OLHARES DO TEMPO PRESENTE	46
4	O CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE	57
<i>4.1</i>	<i>O motor único da mais-valia universal</i>	<i>59</i>
<i>4.2</i>	<i>O capitalismo e sua crise estrutural global</i>	<i>60</i>
<i>4.3</i>	<i>A violência estrutural.....</i>	<i>62</i>
<i>4.4</i>	<i>Precarização do trabalho</i>	<i>68</i>
<i>4.5</i>	<i>O trabalho em serviços e seus novos significados.....</i>	<i>70</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é um esforço para desvendar, por meio de uma análise crítica, as origens da violência e da desigualdade social sob o olhar de pensadores na atualidade. Esta dissertação é uma tentativa de dar visibilidade a algo naturalizado e invisível: a violência da relação de dominação do capitalista contra a classe que vive do trabalho que gera sistematicamente pobreza e desigualdade social e que, no entanto, não tem consciência de que ela é personagem central nesta trama usurpadora do grande capital pela acumulação de toda riqueza socialmente produzida.

O interesse por esta temática não se configurou ao acaso, pois observamos, no cenário atual, um considerável aumento da ocorrência da violência e da desigualdade social. Este fenômeno, contudo, não está reduzido às camadas menos abastadas da população e sim, trata-se de um fenômeno da ordem social, da sociedade como um todo.

Para realização de tamanho desafio, vamos nos guiar pelos estudos de Karl Marx que realizou a tarefa hercúlea de desnudar o véu que revela o interior do sistema capitalista, e denunciar a violência do trabalho alienado imposta aos trabalhadores que são transformados em “objetos” utilizados pelos donos do capital para explorá-los, e também pela leitura dos autores da teoria crítica que atualizaram os estudos sobre o capitalismo vigente:

A teoria crítica é uma abordagem teórica que, contrapondo-se à teoria tradicional, de matriz cartesiana, busca unir teoria e prática [...] Consiste em uma abordagem da filosofia social que se concentra na avaliação reflexiva e crítica da sociedade e da cultura a fim de revelar e desafiar as estruturas de poder [...] foi estabelecida como escola de pensamento principalmente pelos teóricos da Escola de Frankfurt: Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Erich Fromm e Max Horkheimer. Horkheimer descreveu uma teoria como crítica na medida em que visa “libertar os seres humanos das circunstâncias que os escravizam” (TEORIA CRÍTICA, (s.p.). 2022)¹.

É importante ressaltar que o entendimento da teoria crítica é usado em nossos dias de maneira mais ampla do que o inicialmente apresentado pela Escola de Frankfurt. Hoje o conceito foi ampliado através da incorporação de noções que vão de encontro com questões estruturais abordadas por Karl Marx. Entre os estudiosos contemporâneos da teoria crítica podemos citar pensadores reconhecidos como o filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth, e o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes.

¹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_crítica. Acesso em: 3 mar. 2022.

A nossa inquietação teve início a partir da vivência profissional no trabalho social especializado de acompanhamento familiar no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, junto ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos – PAEFI, que compõe a oferta da atenção de média complexidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do município de Belo Horizonte/MG.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS): “Os serviços socioassistenciais de média complexidade são aqueles que oferecem atendimentos a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.” (BRASIL, 2005, p. 38). Essas famílias são encaminhadas pelos órgãos de defesa de direitos devido a denúncias de suspeitas de risco ou violência doméstica intrafamiliar contra seus membros mais vulneráveis: crianças e adolescentes, deficientes, idosos. Nesse sentido, o caderno de *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS* nos chama atenção:

[...] é importante se reconhecer que o próprio contexto social, político, cultural e econômico – marcado, por vezes, pela dificuldade de acesso a direitos, pela desigualdade social estrutural, violência urbana, consumismo, desemprego, miséria e exclusão – pode ter relação com os riscos observados no território onde as famílias vivem e convivem, imprimindo tensões sobre as relações familiares e comunitárias (BRASIL, 2011, p. 33).

A Constituição Federal/1988 dispõe em seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2010, p.12).

No entanto, é impressionante perceber no processo de acompanhamento familiar um aumento significativo de chefes de família e/ou adultos em situação de desemprego estrutural – devido à pouca e/ou nenhuma formação educacional e qualificação profissional. Estes cidadãos compõem a massa de trabalhadores que ao longo dos últimos anos foram descartados pelo processo de reestruturação produtiva do capital. A grande maioria sobrevive realizando “bicos” eventuais em atividades informais, precárias, desregulamentadas, portanto, sem nenhuma segurança da previdência social em casos de infortúnio e fatalidades, como, por exemplo: tarefas de diaristas, vendas de balas em sinais de trânsito, catadores de material reciclável em lixos.

De acordo com a Coletânea de Termos Técnicos Utilizados no SUAS/BH a violência é: “Toda ação atentatória à dignidade, à liberdade e à integridade física e/ou psíquica do ser

humano produzindo-lhe sofrimento, dor ou qualquer forma de limitação ao seu bem-estar ou ao livre exercício dos seus direitos.” (BELO HORIZONTE, 2012, p.90).

O dicionário Houaiss define violência: “1. uso de força física; 2. ação de intimidar alguém moralmente ou o seu efeito; 3. ação, freq. destrutiva, exercida com ímpeto; força 4. expressão ou sentimento vigoroso”. (HOUAISS, 2010).

O *Atlas da Violência 2021*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), retratam a violência no Brasil a partir do banco de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021).

Conforme as informações sobre os índices de mortalidade lançadas no sistema SIM/MS, em 2019 houve 45.503 homicídios no Brasil, somando uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Em comparação com o número de homicídios entre 2018 e 2019 de 22,1%, segundo os registros oficiais deste sistema, o instituto afirma que se percebe uma suposta queda que deve ser analisada com muita cautela devido a subnotificação dos registros oficiais. De acordo com o relatório *Atlas da Violência*:

Com efeito, no Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal. Entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas de homicídios a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. Considerando a série histórica dos últimos onze anos (2009-2019), foram 333.330 jovens (15 a 29 anos) vítimas da violência letal no Brasil. São centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021, p.27).

Outro índice apontado pelo *Atlas da Violência* é o elevado número de violência contra a mulher, indicando em 2019, o total de 3.737 mulheres assassinadas no país. Esse número representa, em sua maioria, vítimas de feminicídio, em razão de sua condição de gênero feminino, e cuja violência doméstica foi desferida por seus parceiros.

Infelizmente, os dados evidenciam ainda um recorte de violência quando se cruza os dados de gênero e raça, quando no mesmo período foi constatado que 66% das mulheres assassinadas no país eram negras. Conforme a análise do Ipea: “em termos relativos, a taxa de

homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1.” (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021). O instituto ainda afirma que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. Fato que aponta uma desigualdade racial.

Essas violências acima ilustradas são preocupantes, constituem como se sabe, grave problema de saúde pública e a nossa intenção será aprofundar sua análise por meio da discussão da violência estrutural que consideramos a raiz das demais.

Conforme o estudo, *Violência, território, família e adolescência: contribuições para a política de Assistência Social*, realizado em parceria com a Faculdade de Medicina da UFMG:

Violência é substantivo feminino, ou ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral. O conceito universal é o exercício, injusto ou discricionário, de força ou poder. Significa também força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria, veemência. É o constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem por coação. É também cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania. Na gênese de todas as situações de violência o que se destaca é a verticalização, a assimetria que se estabelece nas relações de poder (GUERRA; CUNHA; SILVA, 2015, p.44).

No tocante à esfera da justiça e do direito, identifica-se nos usuários da assistência social uma marca inexorável da violência estrutural perpetrada pelo Estado Nação que teria o dever constitucional de garantir direitos fundamentais e, no entanto, se alia ao grande capital predatório, adotando, em seu modelo mais recente, políticas empresariais com lógica de mercado neoliberal em contraponto aos princípios da política pública de direitos. Essa “aliança” tornou ainda mais dura a realidade da classe trabalhadora que é obrigada a vender sua força de trabalho ao exigente mundo empresarial, desprovida agora de regulamentações e direitos, conquistados ao longo da história, caso eles venham a conseguir o “milagre” de estabelecer algum tipo de contrato, em troca de uma remuneração pífia. Marx (1975) esclarece que nesses casos:

O salário é determinado pela luta amarga entre o capitalista e o trabalhador. A necessária vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que o trabalhador sem o capitalista. A união entre capitalistas é habitual e eficiente, ao passo que a união entre trabalhadores é proibida e traz-lhes as mais penosas consequências. Além disso, o proprietário fundiário e o capitalista podem completar os seus rendimentos com os lucros da indústria, ao passo que o trabalhador não tem renda da terra nem juros sobre o capital para somar ao seu salário industrial. Daí a

intensidade da concorrência entre os trabalhadores. Por conseguinte, só para os trabalhadores é que a separação do capital, da propriedade de raiz e do trabalho constitui uma separação inelutável, vital e pernicioso. O capital e a propriedade de raiz não precisam de persistir nesta abstração, mas sim o trabalho do operário. Para o trabalhador, portanto, a separação do capital, da renda da terra e do trabalho é fatal. A mais baixa e a única necessária tabela de salários é aquela que provê à subsistência do trabalhador durante o trabalho e a um suplemento adequado para criar a família a fim de que a raça dos trabalhadores não se extinga (MARX, 1975, p.101).

Marx (1975) denuncia aqui as diversas formas de violência contidas na gênese do salário ao mostrar a luta inglória e desigual entre o capitalista e o trabalhador: violência instrumental, violência da divisão do trabalho, violência da exploração da força física e mental, violência do cerceamento da liberdade, violência patrimonial, violência nutricional. No campo desta batalha, o dono do capital entra em jogo com a vantagem de possuir os meios de produção e poder unir-se com os outros capitalistas. Em contrapartida o trabalhador tem apenas a força do seu trabalho para oferecer (o que não é pouco). Contudo, a possibilidade de união entre seus pares lhe foi tirada violentamente.

A principal estratégia do sistema capitalista será a expropriação do trabalho pela mercadoria produzida. Esta última irá gerar riqueza apenas para o dono do capital. Ou seja, os proprietários capitalistas vão impor os seus interesses individuais e aumentar os seus ganhos expropriando o fruto do trabalho dos trabalhadores, após subjugar-los a uma eterna condição de subordinação incondicional. Outra violência retratada acima por Marx (1975) refere-se ao baixo valor do salário que se restringe apenas ao atendimento das necessidades biológicas mais imediatas do trabalhador e seus familiares para não morrerem de fome e inanição. Quer dizer, o ser humano é tratado pelo capitalista como uma espécie de animal.

Marx (1975) faz aqui a denúncia do movimento da violência tentacular do sistema capitalista para colonizar o mundo da vida ao dominar todos os espaços em que se instala para garantir o controle de todo o processo produtivo de trabalho, e se apropriar da mais-valia dos trabalhadores. Esta última se refere ao “sobrevvalor” gerado pelo trabalho social dos operários na produção da mercadoria. Ou seja, todo o trabalho gera um valor, porém, o empregador desvaloriza a atividade da força produtiva com a intenção espúria de retirar mais-valia escondida na mercadoria - fonte vital geradora de riqueza do grande capital.

Não obstante, toda esta violência capitalista é fatal para o trabalhador porque gera uma falta de sentido do trabalho, e, conseqüentemente, o seu adoecimento (depressão, ansiedade, síndrome de pânico etc.), e, em casos de desespero extremo, tentativa de suicídio e morte.

Ainda não satisfeita à pulsão pela ganância, a violência do capital selvagem continua destruindo:

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta excede por muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzido às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, de que depende a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas (Marx, 1975, p. 102).

Esta é mais uma denúncia de violência feita por Marx (1975) ao aprofundar seus estudos em economia sobre a lei de oferta e procura, quando o operário comparado à mercadoria terá a “sorte” de encontrar um comprador, já que neste cenário de grande desemprego a mão-de-obra do trabalhador tem a tendência de ser ainda mais desvalorizada em razão da grande procura por empregos por parte das pessoas sem colocação no mercado de trabalho.

Para o autor o ápice desta violência ocorre quando o próprio homem é reduzido às mesmas condições de existência de que qualquer outra mercadoria em geral. Por exemplo, todos nós sabemos que um determinado produto ao sair de uma loja perde o seu valor de troca (quantitativo) em contraponto ao valor de uso (utilidade em si). No entanto, um automóvel, mesmo após anos de uso, quando retornar ao mercado, ainda será mais valorizado do que o salário da classe trabalhadora que o produziu no interior de uma fábrica. Nesta situação, o trabalhador é considerado a mercadoria mais barata do mercado. Em especial, porque quando a oferta (operários desempregados) é maior do que a procura (pelos empresários), o valor do salário sofrerá uma influência em variação proporcionalmente inversa: “[...]o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade.” (MARX, 1975, p. 103).

Diante da expansão do capitalismo contemporâneo e da reestruturação produtiva do trabalho, uma grave crise de desemprego foi gerada dentro do sistema de produção, hipertrofiando o número de pessoas em idade de trabalhar, mas que não conseguem emprego, ocasionando o aumento do número de pessoas desempregadas ou no mercado informal.

Desde os seus estudos iniciais, a ideologia sempre foi denunciada por Karl Marx como um dos elementos que sustenta a dominação do capitalista para garantir a exploração da mais-valia dos trabalhadores, além, de confundir as consciências e influenciar negativamente a

identidade dos indivíduos. Porém, o contexto agora é marcado pelas constantes e significativas transformações nos processos produtivos, gerando o crescimento acelerado do desemprego e das relações informais de trabalho.

Percebemos que o trabalho se configura como uma atividade central na vida humana, tanto por ser um meio de garantir a subsistência quanto por seu significado moral. A noção de ser trabalhador confere ao indivíduo uma dimensão positiva de superioridade moral, porém existe crise e ambiguidades dentro de tal contexto.

Acreditamos que a investigação dos fenômenos da violência e desigualdade social será de fundamental importância para compreendermos os fatores que estão ocasionando o aumento da violência em nossa sociedade.

No nosso entendimento, a desigualdade já é uma violência que prolifera nas relações sociais presentes nas sociedades contemporâneas. Este, portanto, é o nosso objeto de investigação. Isto ocorre concomitantemente ao surgimento de novos valores decorrentes do processo de difusão da ideologia capitalista de consumo em detrimento dos valores humanos. Dessa forma, tentar abarcar o fenômeno da violência e da desigualdade social na sociedade brasileira e sua relação com o desemprego estrutural torna-se relevante.

Desmistificar o mundo do trabalho é a finalidade à qual nos propomos para compreender o fenômeno da violência, cada vez mais crescente na sociedade brasileira. Acreditamos ser necessário evocar Karl Marx e suas teorias sobre o trabalho, para buscarmos sua raiz no contexto do capital e conhecer toda a manipulação ideológica que distorce a origem deste problema.

Contudo, torna-se necessário atualizar as análises sobre o capitalismo contemporâneo através da leitura dos autores da teoria crítica que irão apresentar o desenvolvimento das reflexões acerca da temática. Para tanto, faz-se necessário destacar o arcabouço teórico utilizado, ressaltando a contribuição dos seguintes autores: André Gorz (1980), Isaak Illich Rubin (1987), István Mészáros (2011), Paul Ricoeur (1984), Jacob Gorender (1983), David Harvey (2013), Milton Santos (2018) e Ricardo Antunes (2000; 2018; 2020).

O método utilizado para a realização desse trabalho será uma pesquisa teórica dos principais conceitos de Karl Marx, com a intenção de enriquecer os ensinamentos desenvolvidos por ele, através da leitura dos autores críticos de seu pensamento acima citados. A escolha por esta metodologia deu-se pela razão de ela reunir a subjetividade e complexidade estudadas pelos autores da teoria crítica. Nesse ínterim, serão analisados os

temas: teoria do mais-valor, fetiche da mercadoria, ideologia, trabalho alienado, desemprego estrutural, globalização e proletariado na era digital.

Nesta direção, a abordagem da teoria formulada por Karl Marx e dos estudiosos contemporâneos dessa tradição do pensamento nos possibilitará fazer uma crítica da realidade do mundo do trabalho na era digital. Isto implica uma análise dialética das subjetividades dos trabalhadores – formal, informal, autônomo, desempregado, intermitente, *uberizado* – contida na materialidade do processo produtivo.

Dessa forma, além do capítulo 1 constituído pela introdução, a dissertação será estruturada em mais três capítulos, assim organizados: capítulo 2 - apresenta no referencial a teoria marxiana do conceito de trabalho alienado, mercadoria, fetichismo e teoria valor. Como apoio à compreensão do texto de Marx, consideramos importante trazer a visão antropologista de David Harvey; capítulo 3 - Marx e seus intérpretes atuais. Em especial, Ricoeur fará uma hermenêutica em Marx, sobre o conceito de trabalho alienado, de os *Manuscritos Económicos e Filosóficos*; capítulo 4 - vamos nos ater à discussão acerca das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho do capital globalizado na era digital sob a ótica de Milton Santos e Ricardo Antunes. Em seguida, as considerações finais obtidas no decorrer do processo de elaboração do nosso estudo e uma reflexão crítica acerca dos questionamentos levantados.

2 TRABALHO FORMAL E CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE

2.1 A concepção do trabalho, capital e ideologia em Marx

O conceito chave em Karl Marx na sua análise da sociedade capitalista é o trabalho alienado, que ocorre entre o trabalhador e a sua produção – o produto contém uma parte do ser humano – entretanto, não lhe pertence. Isto acontece porque o capital se apropria do trabalho estendido na mercadoria, pelo trabalhador. Como efeito, o piso salarial da mais baixa renda visa apenas garantir as suas necessidades mais básicas, reduzindo quem se encontra nessa classe a uma vida bestial.

Seguindo as trilhas do pensamento de Karl Marx iremos fazer uma leitura cronológica das suas principais publicações. Iniciaremos com a fonte *Manuscritos Económico-Filosóficos* publicada originalmente em 1844. Nesse estudo é resgatada a concepção marxiana de “propriedade privada dos meios de produção do capital”, na qual se destaca o objeto produzido e o valor nele incorporado como a “mercadoria-fetichê”. Nesta obra, tem-se a gênese da desigualdade social e da violência reproduzida na relação social entre o mundo do capital e do trabalho.

Esta desigualdade se origina no modo de produção privado do capital, quando este expropria e apossa do objeto produzido pelo trabalhador e da sua riqueza gerada, enquanto o trabalhador permanece cada vez mais pobre. Esta é a negatividade máxima experimentada pelo trabalhador, exteriorizada na pobreza vivida e despossuído da riqueza gerada pelo seu trabalho. Do outro lado, exterioriza-se a positividade do capital e sua potência para além da produção, no cotidiano vivido, à medida que concentra e acumula a riqueza em seu poder. Essa é a contradição chave capital-trabalho a qual resulta no distanciamento entre o mundo da riqueza e da pobreza, o capital e o trabalho como polos antagônicos e interdependentes no modo de produção capitalista.

Tudo se passa como se esse objeto produzido possuísse vida própria, autônoma, que se manifesta em uma vida exterior fora do mundo da produção, enquanto “*fetichê*” da mercadoria. Dessa forma, se mostra objeto de desejo e de consumo, na sua objetivação, presença concreta ante o trabalhador no mundo vivido, o que lhe desperta um sentimento de estranhamento. É o que se reconhece na concepção de Marx (1975), nos seus *Manuscritos*:

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir,

quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador, quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador, quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador, quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza [...] Claro, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para o trabalhador (MARX, 1975, p. 161).

O trabalhador, excluído da posse do objeto por ele produzido e da sua riqueza, sente um estranhamento, pois vive pobre, além de ele e todos os demais operários não terem consciência de que a mercadoria produzida é fruto do trabalho por eles realizado. Esta obliteração da realidade reproduz a pobreza, enquanto pura força de trabalho barata e dependente dos meios privados de produção do capital para sobreviver. É essa a antinomia vital resultante dos polos antagônicos do modo de produção, capital-trabalho, refletida, por Marx (1975) nos *Manuscritos*:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz [...] Sim, o trabalho transforma-se em objecto [...] A apropriação do objecto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objectos o trabalhador produzir tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, do capital [...] O trabalhador se relaciona ao produto do seu trabalho como a um objecto estranho (MARX, 1975, p. 159).

O trabalhador se “objetifica” aliado à máquina e à ferramenta pertencentes ao capital, estendido no objeto por ele produzido, mas expropriado dele mesmo. Apossado pelo capital, o objeto do trabalho incorpora nele um poder independente de seu produtor, do qual se escapa como objeto de pertencimento. Porém, no modo de produção do capital, o objeto se fez coisa, mercadoria, o que culminou na sua objetivação, na sua efetivação. Agora, exterior ao mundo da produção, se mostrou presença independente do trabalhador, o que espantou a sua consciência no estranhamento de si mesmo, alienação. Assim, resta ao trabalhador a penúria vivida em seu cotidiano, o esgotamento de si mesmo, a pobreza, a negação máxima experimentada e confirmada na positividade do capital, na potência da sua riqueza apossada do trabalho, acumulada e concentrada em suas mãos.

Aqui, pode-se deparar com a ruína do trabalhador e do seu espírito, na pobreza, na dominação e sujeições vividas, explorado pelo capital, o que se faz sentir na sua dependência, enquanto força de trabalho do modo de produção capitalista para sobreviver. É o que diz

Marx (1975, p. 162) sobre o trabalhador “[...] o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O seu carácter estranho [...]” o trabalho, ao final, é carga, mortificação para o trabalhador sujeitado ao capital como fonte de um trabalho árduo.

Seguindo o raciocínio de Marx (1975), a primeira alienação ocorre entre o trabalhador e o seu produto de trabalho que não é compartilhado. Por conseguinte, a segunda alienação está no fato do produto do seu trabalho adquirir um poder independente e estranho a ele. Por fim, a terceira alienação se dará na relação dos trabalhadores em sua própria atividade bem como em seu meio social, logo:

Temos ainda de inferir uma terceira determinação do trabalho alienado, a partir das duas que já consideramos. O homem é um ser genérico, não só no sentido de que faz objecto seu, prática e teoricamente, a espécie (tanto a sua própria como a das outras coisas), mas também – e agora trata-se apenas de outra expressão para a mesma coisa – no sentido de que ele se comporta perante si próprio como a espécie presente, viva, como um ser universal, e, portanto, livre. A vida genérica, tanto para o homem como para o animal, possui a sua base física no facto de que o homem (como o animal) vive da natureza inorgânica, e uma vez que o homem é mais universal do que o animal, também mais universal é a esfera da natureza inorgânica de que ele vive[...] uma vez que o trabalho alienado 1) aliena a natureza do homem, 2) aliena o homem de si mesmo, a sua função activa, a sua actividade vital, aliena igualmente o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica em meio da vida individual. Em primeiro lugar, aliena a vida genérica e a vida individual; em seguida, muda esta última na sua abstracção em objectivo da primeira, portanto, na sua forma abstracta e alienada (MARX, 1975, p. 163-164).

Para Marx (1975), a primeira diferença entre os homens e a natureza será o fato de que existe uma distinção dos objetos humanos – são produzidos socialmente – rompendo a circularidade natural dos animais. O homem é, antes de qualquer coisa, um ser genérico, isto é, universal. Portanto, o seu trabalho não produz apenas um objeto concreto, mas, para além, o permite relacionar livremente com outros homens.

Contudo, o sistema capitalista não se apropria apenas da riqueza produzida pelo produto do seu trabalho, mas também irá violá-lo em sua liberdade ao não permitir que os trabalhadores se relacionem entre si [...]”. Uma consequência imediata da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida genérica, é a alienação do homem relativamente ao homem.” (MARX, 1975, p. 166).

O trabalho alienado é violência porque esconde na mercadoria a dominação capitalista: a violência da exploração, a violência da mais-valia, a violência da desigualdade social, a

violência da objetificação. Todo o trabalho alienado é reificado porque traz em si a violência, porque perde a característica revolucionária do trabalho, para subjugar o homem, e dessa forma, tirando do operário a sua liberdade criadora, o que se trata de uma grande violência. Isso significa que, quando Marx analisa a mercadoria, ele mostra as “entranhas” do capital, ou seja, ele mostra como o sistema capitalista é violento e opressor.

2.2 Um entrever sobre o *Manifesto* e a luta de classes

Historicamente, as relações humanas sempre foram perpassadas por antagonismos, guerras, disputas de poder. No entanto, na Modernidade, houve um novo desenho na pirâmide social, traçado por duas principais classes opositoras: burguesia e proletariado. À medida que as sociedades foram evoluindo, a oficina do tecelão foi substituída pelas fábricas de manufatura que se destacaram como vanguarda tecnológica em sua época, através do aprimoramento nos processos de produção, via aplicação de maior racionalidade, velocidade, eficiência e eficácia. Posteriormente, a partir da Revolução Industrial ocorreu uma nova mudança no processo de produção com a chegada das indústrias automobilísticas e o investimento em novas formas de tecnologias: vapor, eletricidade, robótica, computadores controlando os sistemas. Conforme Marx e Engels, 2020, p. 11): “[...] a indústria moderna estabeleceu o mercado mundial [...] e na mesma medida em que a indústria, o comércio [...] se estendiam, a burguesia se desenvolvia, aumentava seu capital”.

Na verdade, esta classe média emergente sempre soube aproveitar a conjuntura para implantar novos valores de consumo e promover uma verdadeira revolução social. Famílias inteiras foram sugadas de suas comunidades campesinas (poéticas, religiosas, subordinações naturais), para um mundo contaminado por uma lógica econômica com produção industrial em franca expansão mundial: “[...] A burguesia, pelo aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação [...]” arrasta todas as nações, até a mais bárbara, para a civilização. (MARX E ENGELS, 2020, p. 15). A partir daí a semente da desigualdade social ganha força no interior das contradições das cidades e nações: camponeses, burgueses; Norte, Sul; Oriente e Ocidente.

É interessante notar o comentário irônico que os autores fazem sobre a burguesia: “[...] os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual derrubam até mesmo a muralha da China.” (MARX E ENGELS, 1998, p. 15). O que pensariam os autores ao descobrirem que na contemporaneidade a China enriqueceu-se, justamente, seguindo a receita

da burguesia ocidental, através da comercialização no mundo inteiro de todo o tipo de “quinquilharias” da famosa marca: “*Made in China*” pela bagatela de R\$1,99?

Marx e Engels (1998) observam que a burguesia, em seu movimento de expansão, desestabiliza os espaços geográficos em razão de intervir na liberdade das pessoas em circular livremente. Ou seja, concentra as populações em cidades urbanizadas para manter o seu domínio e controle de todos os meios de produção e recursos disponíveis (humanos, físicos, naturais, políticos), além, da apropriação indevida de toda riqueza socialmente produzida. Apesar dessas ações, Santos (2018, p. 39) esclarece que: “No mundo da globalização [...] a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território”. Como exemplo em nossos dias, podemos citar o Vale do Silício, localizado na Califórnia, EUA, onde se concentram as principais empresas globais de tecnologia.

Conforme Marx e Engels (1998) à medida que as forças produtivas foram evoluindo, a civilização feudal foi perdendo o seu sentido de ser. A cultura de valores mais cooperativos e solidários foi obliterada pela ganância e competição exacerbada entre os burgueses da modernidade (industriais milionários). Seguidamente, houve a “epidemia de superprodução” que acabou ganhando uma espécie de poder autônomo, gerando crises (comercial, estrutural) em razão do descontrole do processo produtivo. Os autores fazem uma metáfora comparando a classe burguesa com um “bruxo” que se torna impotente diante da força que o seu “feitiço” ganhou no mundo sobrenatural. Ou seja, diante do excesso de produção, os patrões burgueses sentem-se ameaçados pelos operários, que adquiriram consciência de si e do seu poder enquanto força de trabalho capaz de produzir riquezas.

Neste contexto surge a classe trabalhadora e o proletariado: “[...] Estes trabalhadores, que precisam vender a si próprios aos poucos, são mercadoria, como qualquer outro artigo e comércio, e são, por consequência, expostos a todas as vicissitudes da competição, a todas as flutuações do mercado.” (MARX E ENGELS, 1998, p. 19). Outro ponto negativo é a divisão do trabalho que transforma o operário em um simples acessório do maquinário da época. Isto é, a classe burguesa para continuar explorando os operários, deu apenas um lugar de “coadjuvante” no processo produtivo, apagando ainda mais o valor do seu trabalho individual.

Conforme Marx e Engels (1998, p.20): “[...] Massas de trabalhadores, comprimidos nas fábricas, são organizados como tropas. Como soldados do exército industrial, são colocados sob o comando de uma hierarquia”. Assim, o destino dos trabalhadores foi tornarem-se seres escravizados pela classe burguesa e suas máquinas. A partir dessa nova

conjuntura, todos (as) passam a ser instrumentos de trabalho (homens, mulheres, crianças) são admitidos pelas grandes fábricas em troca do ganho mínimo para sua sobrevivência. No entanto, diante de tanta negação, revoltas e quebradeira de máquinas como forma de resistência, os operários unem-se enquanto classe trabalhadora e fundam sindicatos para lutarem contra a exploração praticada pelos ricos proprietários burgueses. Entre tantas batalhas, o saldo que fica é a solidificação do sentimento de classe nacional entre aqueles que vivem do trabalho.

Marx e Engels (1998, p.25) afirmam que apesar de classe média também ser “sugada” para a base da pirâmide social, apenas a classe proletária não teve medo de revolucionar na luta pelos seus direitos, mediante o comportamento conservador e antidemocrático da classe média (pequeno fabricante, lojista, artesão). Ou seja, estes últimos somente se envolvem na luta quando sentem que os seus privilégios são ameaçados. Lamentavelmente, atitude egoísta ainda muito presente em nossos dias.

2.3 O A mercadoria sob o olhar de Marx

No caminho da nossa investigação sobre a origem do fenômeno da violência e da desigualdade social, consideramos também importante a leitura de “O Capital, Livro I”, no qual Marx se propõe a desvendar a lógica do modo de produção capitalista:

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria. [...] A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer (MARX, 2013, p. 113).

Marx parte da análise da mercadoria para nos alertar sobre o fato de que uma coleção de mercadorias é o germen da riqueza das sociedades que priorizam o modo de produção capitalista.

Percebe-se que Marx (2013) começou a sua investigação a partir da mercadoria porque sabe que ela esconde algum “segredo”, e o dono do capital utiliza da ideologia para inverter a realidade dos fatos, objetivando mascarar a raiz da desigualdade social nas sociedades de modo de produção capitalista.

Na intenção de trazer clareza a este raciocínio, Marx (2013) afirma que a mercadoria é antes de tudo um “objeto externo”. O que isso significa? Que a mercadoria nada mais é do

que uma “coisa”, uma matéria bruta, sem consciência de si. Que apesar de satisfazer as necessidades humanas, a mercadoria, por si própria, jamais poderia ser responsável sozinha pela criação da riqueza nas sociedades que se desenvolveram pelo modo de produção capitalista. Ou seja, a mercadoria-objeto só passou a existir a partir de outra consciência: a consciência do homem! Este usou a sua inteligência e objetividade para atuar junto a natureza criando objetos externos para garantir a sua sobrevivência.

Em seguida, Marx (2013) vai destacar o duplo caráter da mercadoria: valor de uso e valor de troca. Para Marx, o valor de uso está associado: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo.” (MARX, 2013, p. 113). Isso significa que, todas as mercadorias têm uma utilidade, têm qualidades específicas, e um corpo que não flutua, pois ele é feito de matéria concreta, ou seja, ela somente é mercadoria porque nasceu como “valor de uso”, mas ao mesmo tempo ela apenas poderá ser considerada “valor de troca” ao negar a sua antiga condição de utilidade material.

Por este motivo: “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (MARX, 2013, p. 113). Por exemplo, uma pedra de diamante possui uma propriedade que atrai muito pela sua beleza, brilho e raridade. Por estas características, este objeto tornou-se culturalmente uma mercadoria muito desejada pela corte e alta sociedade.

Da mesma forma, uma braça de linho, que inicialmente tinha apenas a função de proteger o homem do frio, à medida que o capitalismo foi sendo instituído - com o surgimento das grandes fábricas, manufaturas, e advento da tecnologia - foram sendo criadas novas necessidades e/ou possibilidades de ganho. Assim, uma “braça de linho” deixou de ser utilizada apenas como uma forma de roupa sem graça - que tinha a função inicial de proteger o homem do frio - para tornar-se um sofisticado “casaco” peça de alfaiataria criada para atender as novas necessidades de consumo (moda) geradas pelo próprio capital para obter mais possibilidades de lucros.

Seguidamente, Marx (2013, p.113) vai conceituar o valor de troca: “[...] O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa [...] uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço, ou seja, a princípio, o valor de troca nada mais é do que a capacidade que as mercadorias têm de troca entre si, porém, Marx vai acrescentar: “Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco,

imane a mercadoria [...] portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]”.

Essa contradição ocorre, a princípio, porque ao mesmo tempo a realização de uma implica a negação da outra, ou seja, no processo de contradição, quando um é “excluído”, instantaneamente “complementa” o outro. Isso aponta para a existência de uma relação dialética entre estes dois polos localizados no interior da mercadoria, pois ao realizar o valor de uso (tese), tem-se que abrir mão do valor de troca (antítese), pois o valor de uso (trabalho concreto) é negado pelo valor de troca (trabalho abstrato). Ou seja, dentro de cada mercadoria existe uma manifestação antagônica e ao mesmo tempo dialética entre o valor de uso, e o valor de troca. Estes valores (uso e troca) expressam uma contradição pelo fato de eles serem contrários e complementares entre si. Isso significa que, esta dualidade de caráter concentrada no interior de toda mercadoria, inevitavelmente irá gerar uma contradição quando este produto for trocado no mercado.

Marx, (2013, p. 114) ao analisar a mercadoria mais pormenorizadamente, afirma que a capacidade de troca entre duas mercadorias com “corpos desiguais” somente será possível porque existe algo em comum entre elas, que irá torná-las “iguais” aos olhos do mercado. Essa igualdade entre duas coisas diferentes vai acontecer quando surgir uma terceira mercadoria - eleita no conjunto de mercadorias como medida de referência no valor de troca. Por exemplo, em determinada época o “sal” foi esta unidade de medida de valor escolhida como moeda no processo de troca entre os produtos. Em outras sociedades foi o ouro, e assim, sucessivamente.

De acordo com Marx (2013), esse algo comum, no entanto, nada tem a ver com uma propriedade geométrica, física ou química, mas ao fato de todas as mercadorias “[...] serem produtos do trabalho social humano”. Eis aqui a ponta do iceberg da origem da violência e da desigualdade social *versus* a sacralização da propriedade privada, e a concentração de riqueza do modo de produção capitalista revelada por Marx (2013):

Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho [...] O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 115).

É importante destacar em Marx (2013) os conceitos de trabalho concreto e de trabalho abstrato. O trabalho concreto é aquele que tem em sua essência a qualidade sensível do trabalho humano (inteligência/criatividade/sensibilidade). Por exemplo, o trabalho de um artesão ao criar uma escultura de um bloco de barro. Por sua vez, o trabalho abstrato procura, justamente, esconder as diversas feições (talentos) do trabalho humano fixados na mercadoria para que elas pareçam naturalmente iguais no processo de troca.

Neste ponto, Marx (2013) nos esclarece que ao ser “apagado” o caráter útil dos produtos do trabalho, também será ocultado às diversas formas manifestadas neste trabalho – não tornando eles diferenciados uns dos outros. Assim, reduzindo todos os tipos de trabalho humano como se eles fossem iguais. Isto é, trabalho humano abstrato.

De fato, ao “igualar” o trabalho humano, o sistema capitalista consegue ocultar o processo de acumulação privada da riqueza socialmente produzida por toda uma classe de trabalhadores. Dessa forma, com a produção de mercadoria, o capital explora o trabalhador, garante o lucro e, ao mesmo tempo, legitima essa exploração. Exatamente nesse ponto, está focalizada a origem da violência, da exclusão e desigualdade social, da dominação, consequentemente, a violação dos direitos sociais.

Marx (2013) nos convida para olharmos o “resíduo dos objetos produzidos porque o trabalho social, transformado no processo de produção de mercadorias, em quantitativo de horas trabalhadas, desfigura as feições do trabalhador, e se apresenta como uma objetividade fantasmagórica [...]”. (MARX, 2013, p. 115).

Mas, afinal, o que é trabalho social? Como ele pode ser mensurado, uma vez que não conseguimos pegá-lo concretamente no objeto produzido?

Marx vai nos esclarecer que, embora o trabalho social seja uma experiência sensível, ele também existe concretamente. Sim!

De acordo com o autor, o trabalho social está cristalizado no interior da mercadoria: “[...] Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias”. (MARX, 2013, p. 115).

É importante lembrar que o que Marx analisa aqui é o trabalho social na perspectiva das relações humanas. O que ele está afirmando é que, em um determinado momento da história, alguns homens uniram-se para pensar formas de enriquecer, através da apropriação do trabalho social de outros homens estendidos nas mercadorias.

A história da riqueza dos homens nos mostra que muitas sociedades europeias enriqueceram, inicialmente, através da exploração marítima e colonização de territórios e povos mais primitivos - o próprio Brasil foi usurpado por vários países europeus com a exploração do pau-brasil, ouro, pedras preciosas, diamantes. Posteriormente, com a industrialização, e chegada das máquinas, iniciou-se um acelerado processo de produção capitalista com criação de fábricas e maquinário que se apropriaram do saber do trabalhador para explorá-lo ainda mais.

Por que o trabalhador não tenta reagir contra esse sistema?

O fetiche da mercadoria é a razão pela qual o trabalhador não reage: a mercadoria esconde sua verdadeira essência, o trabalhador não se reconhece nela, exatamente pelo processo de abstração que ela produz. Esta é a grande descoberta de Karl Marx: a ideologia que esconde a exploração reside exatamente no processo de produção da mercadoria. Tudo se passa como se ela, a mercadoria, tivesse vida própria, independente do processo que a produz. Tudo ocorre como se ela nada tivesse a ver com o trabalhador, porque as feições do operário se desfiguram neste processo de produção. Quando Marx rasga o véu de dominação, com a teoria do valor, ele desfere um golpe mortal no capitalismo, que a partir de então precisa de novas formas de continuar perpetuando a sua hegemonia.

Dando continuidade à sua investigação, Marx (2013) descobre que no processo de troca de mercadorias, o valor de troca foi colocado pelos donos do capital como agente independentemente do valor de uso, ou seja, foi “abduzido” o trabalho social humano presente no produto final. Com a intenção em desvendar este mistério, o autor parte em busca de um “elemento” comum entre todas as mercadorias – que ele denomina de valor.

Perante este desafio, Marx questiona: “Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida.” (MARX, 2013, p. 115).

Conforme Marx, para mensurar a quantidade de trabalho gasto para produzir uma determinada mercadoria, torna-se necessário considerar o “tempo médio” de execução do trabalho social de uma sociedade. Neste aspecto, o autor esclarece:

O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado (MARX, 2013, p. 116).

Marx (2013) afirma que a chegada do tear a vapor na Inglaterra impacta negativamente o valor do trabalho do artesão manual, pois, na realidade, este último continuou gastando o mesmo tempo para realizar sua tarefa. No entanto, a sua hora de trabalho individual passa a corresponder à metade do trabalho social para a produção de uma mercadoria. Por conta disso, o valor do seu salário diminuiu pela metade. Ou seja, os valores das mercadorias não são congelados, mas sofrem variações conforme as circunstâncias em que são produzidas. Segundo o autor, a grandeza da mercadoria somente será “constante” se o tempo de trabalho para sua produção também permanecer estável. Todavia, é praticamente impossível impedir esta variação porque a própria força de trabalho é influenciada por diversas situações: capacidade técnica, tecnologia, organização, ambiente. Ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria impactará a grandeza de seu valor. Como exemplo, a pedra de diamante, que costuma ser um dos produtos mais caros do mercado em razão da sua raridade, além de exigir muito tempo e dispêndio de trabalho para ser encontrada. Marx explica:

Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor (MARX, 2013, p. 117).

Segundo Marx, a grandeza de valor de uma mercadoria varia em razão direta com trabalho cristalizado e em razão indireta com o desenvolvimento da força produtiva. O autor ainda esclarece que, no tocante à concepção de valor, primeiro, ele vai afirmar que uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor (ex.: ar para respirar). Segundo uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria (ex.: horta para consumo próprio). Finalmente, para se tornar mercadoria é preciso que o produto tenha valor de uso para outra pessoa. Ou seja, se o objeto criado for considerado inútil para outrem, conseqüentemente, o trabalho social nele incorporado não criará nenhum valor.

Na trilha do desenvolvendo do seu raciocínio, Marx (2013) retorna ao duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor de troca). Seguidamente, ele vai afirmar que existe também uma duplicidade no trabalho no interior do produto caracterizada por sua medida de valor: trabalho útil (concreto), e o trabalho social (abstrato). O trabalho útil é: “O trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso.” (MARX, 2013, p. 117). No entanto, abstraindo-se o caráter útil do trabalho, restará somente um “dispêndio” de força humana de trabalho, isto é, o trabalho abstrato. Por

exemplo: alfaiataria e tecelagem embora exijam habilidades qualitativamente distintas, são também gastos no processo de produção de capacidade “humana” física e mental. Todavia, a diferença das atividades incorporadas na mercadoria, ao fim e ao cabo, independente da sua complexidade, serão consideradas apenas como “dispêndio” do trabalho simples. Ou seja, haverá uma “redução” escusa do valor do trabalho pelas “costas” do operário. Marx (2013) esclarece:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho uso concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 2013, p. 121).

A partir deste esclarecimento Marx (2013) agora irá aprofundar sua investigação sobre a “forma de valor” ou “valor de troca” manifestada na mercadoria. O autor inicia o seu argumento afirmando que: “As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc.[...], porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suporte de valor.” (MARX, 2013, p.121). De fato, para alguma coisa ser considerada “mercadoria” é necessário apresentar estas duas características: a forma natural e a forma de valor. No entanto, Marx nos apontou o valor do preço externo da mercadoria, que encoberta dentro de si o trabalho social humano.

Nesse sentido, Marx deixa claro que a sua inquietação será desvendar o “valor” escondido dentro do produto que será comercializado futuramente no mercado capitalista. Para tanto, ele irá seguir as “pegadas” que ocorrem no processo de troca das mercadorias com a intenção em desvendar a seguinte pista: “as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as variegadas formas naturais que apresentam seus valores de uso: a forma-dinheiro” (MARX, 2013, p. 122). O autor problematiza sobre a dificuldade em localizar a “objetividade do valor” da mercadoria em razão de ele ser “impalpável”. Segundo ele, você pode pegar um produto, sacudir, etc. e tal, mas a essência do seu valor continuará “intocável” enquanto objeto de medida de valor. Em seguida, Marx (2013) explica:

Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre

mercadorias. Partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para seguir as pegadas do valor que nelas se esconde as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as variegadas formas naturais que apresentam seus valores de uso: a forma-dinheiro. Cabe, aqui, realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, a saber, provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro (MARX, 2013, p.122).

Seguidamente, o autor vai especificar as diversas formas de expressões de valores. Inicialmente, segundo ele, ocorre uma relação “simples” entre duas mercadorias diferentes. Para nos ajudar a entender esse processo de troca, vamos retornar no tempo, e imaginar uma comunidade mais primitiva na qual, primeiramente, um granjeiro criava galinhas que botavam ovos (proteína) para sua subsistência. Por sua vez, o seu vizinho tinha uma roça em que plantava feijão (ferro). Daí, em um determinado momento, nesta mesma comunidade foram estabelecidas trocas primárias entre toda a vizinhança, por diferentes tipos de alimentos (leite, verduras, frutas). Contudo, à medida que as sociedades foram se desenvolvendo, os homens criaram outras necessidades, e concomitantemente, iniciaram novos tipos de trocas mais complexas. No entanto, independentemente do produto envolvido, o processo de troca sempre nasce de uma contradição. Trata-se de um processo dialético porque ao mesmo tempo em que o “valor de troca” nega o “valor de uso”, ele precisa “afirmar” o valor de uso na própria mercadoria. Novamente, a “realização” de um valor de troca, significa a negação de um valor de uso, mas ao mesmo tempo ambos precisam ser afirmados nesta relação entre valores contrários. Os outros “polos” são expressos nos valores relativos (ativo) e equivalentes (passivo). Marx ainda esclarece:

Aqui, duas mercadorias diferentes, A e B – em nosso exemplo, o linho e o casaco –, desempenham claramente dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco; este serve de material para essa expressão de valor. A primeira mercadoria desempenha um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria se apresenta como valor relativo, ou encontra-se na forma de valor relativa. A segunda mercadoria funciona como equivalente, ou encontra-se na forma de equivalente. Forma de valor relativa e forma de equivalente são momentos inseparáveis, inter-relacionados e que se determinam reciprocamente, mas, ao mesmo tempo, constituem extremos mutuamente excludentes, isto é, polos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre mercadorias diferentes, relacionadas entre si pela expressão de valor (MARX, 2013, p. 122 – 123).

Vamos nos apoiar em David Harvey (2013), geógrafo marxista e professor de antropologia no curso de pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York que, em

seu texto “Para Entender o Capital”, afirma que a expressão do valor “forma-dinheiro” é o melhor caminho para o entendimento do conceito de “equivalência”, porque associa a ideia do “dinheiro” como “trocador universal”:

[...] começando com uma simples situação de escambo. Eu tenho uma mercadoria, você tem uma mercadoria. O valor relativo da minha mercadoria será expresso em termos do valor (o trabalho incorporado) da mercadoria que você possui. Assim, sua mercadoria será a medida de valor da minha mercadoria. Invertendo a relação, minha mercadoria pode ser vista como o valor equivalente da sua. Em situações simples de escambo, todo indivíduo que tenha uma mercadoria possui algo com valor relativo e está à procura de seu equivalente em outra mercadoria. Assim como existem tantas mercadorias quanto pessoas e trocas, existem tantos equivalentes quanto mercadorias e trocas. O que Marx quer mostrar é que o ato de troca tem sempre um caráter duplo – os polos das formas relativa e equivalente – no qual a mercadoria equivalente figura “como incorporação de trabalho humano abstrato”. A oposição entre valor de uso e valor, até aqui interiorizada na mercadoria, “é representada, assim, por meio de uma oposição externa” entre uma mercadoria que é um valor de uso e outra que representa seu valor na troca. (HARVEY, 2013, p. 41-43).

Nesse sentido, percebemos na citação acima um “duplo” movimento que ocorre com a mercadoria no valor de troca: uma pessoa com uma forma de valor relativo, sempre buscará um valor de equivalente expresso em dinheiro. Isto significa que no processo de troca de mercadoria ocorre uma espécie de “emparelhamento” entre duas expressões de valores em oposição: a forma relativa é obrigada “olhar de frente” para a forma de equivalente. Em especial, porque está última, no final das contas, é quem vai determinar o valor final da mercadoria.

Conforme Harvey (2013), o que Marx deseja chamar a nossa atenção é para o fato de que todo processo de “troca” é caracterizado por manifestações de valores antagônicas: relativo (produto) e equivalente (dinheiro). No entanto, dentro da mercadoria existe “trabalho humano abstrato”, que no ato externo da comercialização, será evidenciado pela contradição interna entre os valores de uso e valor troca reciprocamente. O resultado dessa relação contraditória será a humanização cada vez maior da mercadoria no processo de troca, em oposição à desfiguração dos trabalhadores à medida em que no processo se apaga o seu trabalho social.

2.4 O fetichismo e o mistério da mercadoria

Marx (2013) afirma que ao olharmos para uma mercadoria, no primeiro momento ela nos engana facilmente, porque apresenta aparência natural e inocente. De fato, ao depararmos com uma vitrine de roupas, a única coisa que conseguimos enxergar é a beleza dos vários modelos expostos. Ou seja, somos seduzidos imediatamente pelas variedades de formas e cores, e nunca paramos para pensar que por detrás de um lindo vestido tem trabalho humano explorado.

De acordo com Marx (2013), a mediação do homem com a natureza foi necessária para sua sobrevivência, e contribuiu para a evolução da sociedade em geral, sendo, portanto, saudável. Esta relação somente começa a ser problema a partir do surgimento do mercado, pois o objeto sensível de valor de uso tornou-se “suprassensível” e independente:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais [...] a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013, p. 142 – 143).

Percebe-se na citação acima que no processo de produção há uma inversão da realidade quando as mercadorias adquirem um poder “suprassensível” ao entrarem no processo de circulação no mercado. Ou seja, há uma inversão nas relações estabelecidas dentro da produção: as “coisas” tornam-se “personas” autônomas, e as pessoas são tratadas de formas reificadas. O mais grave é que o trabalhador não consegue enxergar que o seu trabalho social está sendo expropriado pelos proprietários dos meios de produção. Marx (2013) ainda vai esclarecer que, o fetichismo é uma espécie de “confusão mental” em que os objetos

ganham personificação e autonomia perante os homens – seus criadores. Daí sua aparência de objetos encarnados por um espírito independente, que passam a circular e relacionar entre si, livremente. Ou seja, há uma inversão da ordem de valores quando os operários são reificados pelo empresário capitalista e impedidos de vivenciarem relações sociais com trocas positivas. Conforme Marx, esta limitação de uma visão clara da realidade tem certa influência religiosa que atribui poderes sobrenaturais ao que não compreendemos. No caso, para espantar “fantasmas” o melhor é priorizar relações sociais transparentes (MARX, 2013, p 148).

Com relação a citação de Marx acima, Harvey (2013), esclarece que o conceito do fetichismo é muito importante nos estudos de Marx porque ele questiona a forma que a superestrutura político-econômica utiliza para manipular e esconder as características centrais do funcionamento do sistema capitalista. Entre estes recursos utilizados para “confundir” os espíritos, incluem “antinomias” e “contradições”. Esses movimentos ocorrem entre as relações de particularidade (mercadoria-dinheiro) e a universalidade dos valores “fantasmagóricos” do trabalho social dos operários. Nesse sentido, segundo Harvey, Marx irá desmascarar o “mistério” do fetichismo por meio de duas ações: primeiro ele identificará como acontece a manifestação e operacionalização do fenômeno do fetichismo na esfera “político-econômica” capitalista. Logo após, ele irá investigar como a ideologia é utilizada no discurso da classe burguesa, e estrutura dominante. (Harvey, 2013, p. 50).

Para Harvey, o problema que Marx tenta nos mostrar é que escapa aos homens a compreensão de que as “relações sociais” ocorrem porque eles possuem uma “objetividade social”. Como efeito, há uma inversão na ordem dos fatos à medida que a troca social - fruto da determinação humana – atua de forma “fantasmagórica” tornando-se uma “relação entre coisas”. Assim, criando uma espécie de “goma”, isto é, o “fetichismo” que adere como “chicletes” à mercadoria produzida de forma irreversível.

Dando continuidade à sua investigação, Marx agora vai analisar o processo de troca entre as mercadorias. Este esclarece que, ao invés de “fantasmas”, as mercadorias são “objetos” concretos que necessitam que alguém “humano” as leve ao mercado para serem comercializadas. O autor explica:

Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos (MARX, 2013, p. 150).

Quer dizer, os proprietários reconhecem que para vender a sua mercadoria eles terão que estabelecer um tipo de “contrato jurídico” com cláusulas supostamente bem transparentes e definidas em comum acordo entre eles. No entanto, Marx esclarece que na realidade esta relação é puramente econômica.

Nesse ponto, o autor afirma que no caso não existe nenhuma “relação de amor” do proprietário com a mercadoria. Prova disso é que ele está levando para ser vendida para “outrem” que vê nela alguma utilidade: “Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Portanto, elas precisam universalmente mudar de mãos.” (MARX, 2013, p 150).

De acordo com Marx, ao trocar de mãos, as mercadorias realizam entre si uma troca de valores – embora possuam valores de uso em seu interior – posto que exista trabalho humano “despendido”, ou, melhor dizendo, “escondido” em cada uma delas, à medida que somente são compradas porque são objeto do desejo “útil” para outrem.

Seguidamente, Marx fará uma exegese minuciosa sobre a metamorfose no processo de troca entre as mercadorias, em que a “forma-dinheiro” será definido como valor equivalente “universal” para possibilitar a troca entre equivalentes “particulares”. No tocante ao dinheiro, o autor sublinha: “O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho.” (MARX, 2013, p. 158).

Harvey (2013), no que se refere ao capítulo 3, do Livro I - “O dinheiro ou a circulação das mercadorias” - elucida que Marx se apoiou na ideia de dinheiro para guiar as análises na compreensão do processo de troca entre as mercadorias porque explica a associação “dinheiro-mercadoria”. Segundo o autor, esta explicação de Marx foi determinante para a percepção da existência de uma relação dialética entre a forma “relativa” e a forma “equivalente” de valores. Com efeito, gerando a forma equivalente “universal” que se materializa nas relações econômicas “mercadoria-dinheiro” em contraponto das relações sociais.

De acordo com Harvey é importante a compreensão do conceito de dinheiro:

[...] O dinheiro é um conceito unitário, mas interioriza funções duplas, que refletem a dualidade do valor de uso e do valor de troca na própria mercadoria. Por um lado, o dinheiro opera como uma medida de valor, como um padrão-ouro, por assim dizer, do tempo de trabalho socialmente necessário. Para cumprir esse papel, ele precisa possuir qualidades distintas capazes de fornecer, tanto quanto possível, um padrão preciso e eficiente de medida do valor. Por outro lado, o dinheiro também tem de

azeitar a expansão da troca e fazê-lo com o mínimo de espalhamento e dificuldade. Desse modo, ele funciona como um simples meio [*medium*] para movimentar uma variedade cada vez maior de mercadorias de um lugar para o outro. Há uma tensão, uma contradição, entre essas duas funções. Como medida de valor, por exemplo, o ouro parece muito bom. Ele é permanente e pode ser armazenado para sempre; podemos avaliar suas qualidades; podemos conhecer e controlar suas condições concretas de produção e circulação. O ouro, portanto, é excelente como medida de valor (HARVEY, 2013, p. 68).

Portanto, a despeito dessas observações, apreende-se que o dinheiro surge em decorrência da evolução das formas de valor e formas de troca, porém, para Marx, o dinheiro como forma de valor também incorpora o valor do tempo de trabalho socialmente necessário. Por este motivo, surge a necessidade de se ter a forma de valor equivalente que afirma o duplo caráter da troca entre o valor relativo e o valor equivalente. Assim, nos mostrando uma contradição (valor de uso e valor de troca) incorporada no interior da própria mercadoria que se manifesta externamente quando o produto é comercializado no mercado. Diante da complexidade das enormes variedades de “produtos” e/ou forma-relativa, Marx deduz a necessidade da definição de uma forma-universal para servir de medida equivalente universal no processo de troca global. Portanto, eis que surge a mercadoria-dinheiro como mediador totalizante no processo de troca.

No tocante a transformação do dinheiro em capital, Marx (2013) irá voltar o seu olhar para a história da humanidade, para afirmar que o surgimento do sistema capitalista tem ligação direta com a expansão dos processos de trocas nas sociedades:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital. Se abstrairmos do conteúdo material da circulação das mercadorias, isto é, da troca dos diversos valores de uso, e considerarmos apenas as formas econômicas que esse processo engendra, encontraremos, como seu produto final, o dinheiro. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma de manifestação do capital. (MARX, 2013, p. 193).

Isso significa que as formas “pré-monetárias” foram “engolidas” literalmente pelo capital – que submeteu ao mundo a sua forma universal como trocador e concentrador máximo do dinheiro.

De acordo com Harvey (2013), no capítulo 4, do Livro I do Capital, para o entendimento do processo de transição do dinheiro para o Capital é fundamental

considerarmos a importância para Marx da história das sociedades na modernidade. Essa transição é atravessada por dois aspectos cruciais: primeiro, a afirmação “histórica” do nascimento do século XVI, em decorrência do desenvolvimento das relações comerciais (nacional e global) e, segundo, o ponto de partida “lógico” de que a circulação das mercadorias proporcionou o surgimento do grande capital.

Posteriormente ao processo inicial de expansão comercial do capital, os “possuidores de dinheiro”, dominados pela ganância, não ficarão mais satisfeitos em lucrar apenas com o dinheiro recebido na comercialização das mercadorias no mercado, além do patrimônio construído - através do uso de muita violência e sangue - para concentrar terras e se apropriar de propriedades alheias.

Os donos do capital agora vão buscar novas formas de aumentar a sua riqueza e, para tanto, não vão medir esforços para transformar o próprio ser humano em mercadoria, através da exploração da “força de trabalho” daqueles sem meios de produção:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. No entanto, para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas [...] a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria (MARX, 2013, p.206 - 207).

Percebe-se nessa citação a violência do capital ao não titubear em transformar o próprio ser humano em mercadoria. Ou seja, em “coisificar” sua espécie semelhante para aumentar os seus ganhos. Inicialmente, esta relação comercial entre o “possuidor de dinheiro” e a força de trabalho aparenta ser consensual. No entanto, o trabalhador ainda não conhece, digamos, as “letras miúdas” deste contrato que escondem a verdadeira intenção do “dono do

dinheiro”. Isto é, justamente, criar “mais-valia” para enriquecer com a exploração do trabalho alienado.

Diante desse fato, Marx (2013) anuncia que vai analisar o que ele nomeou de “mercadoria peculiar”. O autor esclarece:

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele [...] para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Porém, a força de trabalho só se atualiza [*verwirklicht*] por meio de sua exteriorização, só se aciona por meio do trabalho. Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem de ser resposta. Esse gasto aumentado implica uma renda aumentada (MARX, 2013, p. 209).

De acordo com David Harvey (2013), a ideia do trabalhador livre é central para compreender como se realiza a “compra e venda da força de trabalho” pelo “possuidor de dinheiro”. Segundo Harvey, na realidade o trabalhador não pode ceder a sua pessoa, mas pode fazer um acordo para oferecer as suas habilidades (física e mental) por certo período de tempo, claro, em troca de um salário, necessário para sua sobrevivência. O operário precisa cuidar de si e da sua família.

De acordo com Marx, a segunda condição para que a “força de trabalho” possa ser comprada como “mercadoria” pelo “dono do dinheiro” é a seguinte:

A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em vez de poder vender mercadorias em que seu trabalho se objetivou, tenha, antes, de oferecer como mercadoria à venda sua própria força de trabalho, que existe apenas em sua corporeidade viva. Para que alguém possa vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho, ele tem de possuir, evidentemente, meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fabricar botas sem couro. Necessita, além disso, de meios de subsistência (MARX, 2013, p. 207).

Na citação acima, evidencia-se que o motivo de o trabalhador aceitar a proposta em ser “reificado” foi o fato de não possuir os meios de produção para trabalhar para si mesmo. Ou seja, como precisa sobreviver, o único recurso que tem para dispor é a sua energia e tempo de trabalho. Em suma, é justamente este trabalho social dos trabalhadores - não

contabilizado em seu salário para não morrer de fome - que será incorporado nas mercadorias. Por sua vez, o dono do capital descobriu o segredo do “touro de ouro”. Quer dizer, que se refere ao trabalhador ser a melhor “mercadoria” entre todas as outras existentes. Isto porque ela é a única que tem a capacidade em criar “mais-valor”.

Nesse aspecto, na citação abaixo, Harvey (2013) vai nos ajudar a entender como funciona esta “fórmula mágica” do capital para enriquecer com a “mercadoria” humana:

Note, porém, que a forma em que a força de trabalho circula é M-D-M (os trabalhadores põem sua força de trabalho no mercado e a vendem em troca de dinheiro, com o qual podem, então, comprar as mercadorias de que necessitam para sobreviver). Assim, o trabalhador, lembre-se, está sempre no circuito M-D-M, ao passo que o capitalista opera no circuito D-M-D'. Há, portanto, regras diferentes para um e outro pensarem sua respectiva situação. O trabalhador pode se contentar com a troca de equivalentes, porque o que lhe importa são os valores de uso. O capitalista, por outro lado, tem de solucionar o problema da obtenção de mais-valor a partir da troca de equivalentes (HARVEY, 2013, p. 120).

Em relação a essa “negociação”, o que se evidencia é um antagonismo de interesses: por um lado, o trabalhador é obrigado a aceitar a troca de equivalentes já que necessita do valor de uso para sobreviver, encontrando-se preso ainda a essa espécie de armadilha secular. De outro lado, encontra-se o dono do capital que descobriu uma forma de enriquecer com a troca de equivalentes a partir da criação do mais-valor com a exploração da força (física e alma) da classe que vive do trabalho.

No curso dessa investigação, Marx (2013), aprofundará os seus estudos sobre o processo de trabalho e o processo de valorização. O autor inicia afirmando:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada [...] O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*] (MARX, 2013, p. 216).

Na citação acima, observa-se que Marx (2013) elimina qualquer visão romântica sobre as reais intenções dos donos do capital em relação à exploração da força de trabalho humana. Isto é, o grande capital, na busca por lucro, não sente qualquer culpa em enxergar qualquer “coisa” (brinquedo ou canhão) ou “pessoa” (trabalhador) como fonte de enriquecimento. Fato evidenciado no momento em que o “possuidor de dinheiro” compra a “força de trabalho” – mercadoria humana - com a única intenção em fazer com que o “vendedor” trabalhe imediatamente para ele. Ainda segundo Marx, somente dessa forma a atividade do trabalhador irá transformar em “ato” aquilo que prometia ser “potência” – o operário trabalhando na linha de produção. É nesse momento que o dono da produção fará com que o “valor” do trabalho social em conjunto com outros trabalhadores seja incorporado na mercadoria sem que os trabalhadores se deem conta que estão sendo explorados.

De acordo com o comentário de Harvey (2013), no capítulo 5, do Livro I do *Capital*, no tópico acima, Marx retorna a temática referente ao processo de trabalho para dar continuidade ao desenvolvimento das “categorias conceituais” do modo de produção capitalista. Harvey ainda esclarece que nesse sentido, Marx continua afirmando a importância da centralidade do trabalho na vida humana, em contraponto a qualquer tipo de modelo de organização social. Isso significa que todos nós, ao olharmos para o mundo social, devemos, primeiramente, enxergar como os homens (re) produzem a sua existência a partir da mediação com a natureza, assim, buscando na natureza objetos para a sua sobrevivência e de sua espécie.

Marx (2013) afirma que o homem na realização desse processo:

[...] A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 216).

Percebe-se na citação acima que a primeira necessidade do homem é atuar na natureza buscando recursos para sua existência física. No entanto, ele não tem acesso direto aos produtos imprescindíveis para sua manutenção. Portanto, ele terá que atuar junto a natureza para conseguir os seus meios de subsistência (comida, fogo, abrigo etc.). Na realidade, ao agir dessa forma, o homem estará simultaneamente desenvolvendo as suas potencialidades enquanto pessoa humana.

Nesse sentido, Marx (2013) afirma que existe um espaço de tempo significativo entre o homem “primitivo” - que produz para satisfazer as suas necessidades imediatas - daquele operário que se apresenta no “mercado” como uma mercadoria qualquer para vender a sua capacidade de trabalho:

[...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colméia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colméia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado (MARX, 2013, p.216).

De acordo com Harvey (2013), ao comentar a citação acima, este fragmento mostra que Marx se utiliza de um método dialético para tratar da relação do homem com a natureza. Em suma: “[...] não podemos transformar o que se passa ao nosso redor sem transformar a nós mesmos. Inversamente, não podemos transformar a nós mesmos sem transformar o que se passa ao nosso redor.” (HARVEY, 2013, p. 131).

Segundo Harvey, o “caráter unitário” da dialética significa dois movimentos simultâneos (externo e interno). Isto é, ao mesmo tempo em que “transformamos” algo ou alguém, nós também somos “transformados”. Harvey ainda acrescenta que este movimento da dialética é essencial para a compreensão do contexto da “evolução” das civilizações. Contudo, o autor explica que esse processo não é apenas um privilégio humano, porém, como bem mostra Marx acima, a diferença entre a “colmeia” de abelhas e o trabalho humano é que nós pensamos antes de agir para transformar o mundo ao nosso redor.

Conforme Marx (2013), no processo produtivo “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios.” (MARX, 2013, p. 217). Percebe-se aqui, que Marx analisa o homem a partir da sua relação com a própria atividade produtiva. Nessa direção, ele agora irá detalhar melhor as etapas do processo acima. Inicialmente, ele irá informar que os “meios” de subsistência de que o ser humano precisa já estão disponíveis na natureza. Em seguida, ele vai esclarecer que, no caso da “matéria-prima”

ocorre uma situação contrária em razão dos objetos e/ou ferramentas que o trabalhador precisa para exercer a sua atividade já ter sofrido uma interferência do trabalho de outrem.

Conforme Marx (2013): “O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho [...] O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2013, p.217).

Outro aspecto importante que Marx (2013) esclarece: “O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 2013, p. 217). Marx ainda elucida:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio” (MARX, 2013, p.218).

De acordo com Harvey (2013), na citação acima é importante considerar não apenas as “ferramentas”, mas também todo o processo de trabalho, isto é, a relação entre “processo-coisa”. Isto significa que, ao realizar uma atividade, o operário irá “transformar” uma “coisa em outra coisa”. No final desse processo, haverá uma inversão de movimentos. Ou seja, o trabalho do operário (energia em movimento) atuará sobre o “objeto” (imóvel). Dessa forma, o trabalhador está “objetivando” sua criatividade para transformar o “produto” em um bem (valor de uso). Do outro lado, o “produto” ao ser “objetivado”, torna-se paralisado (finalizado).

Para nos ajudar a entender melhor, Harvey fará uma comparação do “processo-coisa” com a sua realidade em sala de aula com seus alunos. Segundo ele, o sistema educacional costuma avaliar o desempenho do estudante pelo resultado de tarefas e/ou provas, porém, na verdade, o que mais importa é o processo total para adquirir o conhecimento. Nesse sentido, o autor afirma identificar-se com a afirmação de Marx de que o processo é o “cerne” essencial na realização de qualquer trabalho, quer dizer, a forma como ele é desenvolvido e “armazenado”, inclusive podendo contribuir positivamente para ajudar as gerações futuras. Harvey acrescenta:

Do mesmo modo que o capital é construído como um processo de circulação, o trabalho é construído como um processo de fabricação. Mas é um processo de fabricação de valores de uso e, sob o capitalismo, isso significa fabricar valores de uso para outros na forma de mercadoria. Esse valor de uso precisa ser de uso imediato? Não necessariamente, porque o trabalho realizado no passado pode ser armazenado para uso no futuro (HARVEY, 2013, p. 137)

De acordo com Marx (2013), apesar de o valor de uso nem sempre ser visível (matéria-prima, meio de produção, mercadoria) ele sempre será uma objetividade presente na essência do “trabalho vivo”. Grosso modo, com o passar dos anos, é comum ferramentas e máquinas depreciarem. Por exemplo, um carro do “ano” com o passar dos anos ser considerado “matéria-morta”, e terminar os seus dias em algum “cemitério” de veículos abandonados. No sentido inverso, Marx afirma em relação ao trabalho:

O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, convertê-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez tocadas pelo fogo do trabalho, apropriadas como partes do corpo do trabalho, animadas pelas funções que, por seu conceito e sua vocação, exercem no processo laboral, elas serão, sim, consumidas, porém segundo um propósito, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a ingressar na esfera do consumo individual como meios de subsistência ou em um novo processo de trabalho como meios de produção. Portanto, se por um lado os produtos existentes são não apenas resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado, sua entrada nesse processo, seu contato com o trabalho vivo, é o único meio de conservar e realizar como valores de uso esses produtos de um trabalho anterior (MARX, 2013, p. 220).

Numa referência à mitologia grega, Harvey (2013), ao refletir sobre a citação acima, vai afirmar que, na realidade, o “trabalho vivo” tem o poder de ressuscitar os “produtos” do mundo dos “mortos”, ou seja, através da sua atuação, renascer das cinzas a “fênix” dos valores de uso através do “fogo” do trabalho vivo laboral, o que é reafirmado em nossos dias - a importância da “centralidade” do trabalho humano enquanto processo. Nesse sentido, o autor ressalta que o “trabalho vivo” tem o poder de fazer renascer o “trabalho morto” (produtos depreciados). No que diz respeito ao consumo, Harvey vai esclarecer que existe uma diferença central entre o consumo produtivo e individual. O primeiro se refere ao “trabalho passado” que é “consumido” no processo de trabalho da força “ativa” de trabalho do operário “presente” para voltar a realizar novamente valor de uso. Por sua vez, o segundo é “consumido” pelas “pessoas” ao reproduzir os “meios” de subsistência delas próprias (HARVEY, 2013, p. 138).

Marx (2013) concluiu a temática sobre o “processo de trabalho” afirmando que ele optou em ressaltar os seus movimentos “simples” e “abstratos” como atividade destinada a um “fim” - a produção de valores de uso - a partir da utilização de objetos retirados da natureza para sobrevivência dos seres humanos. Segundo o autor, a mediação entre o homem e a natureza é condição “universal” para a perpetuação da vida humana e organização coletiva. O autor justifica que, por esse motivo, entendeu não haver necessidade em retratar a relação entre o “trabalhador” (individual) com os outros “trabalhadores”, isto é, ele priorizou abarcar “todas as formas sociais” - de um lado a relação do homem com o seu trabalho, e de outro, a natureza e seus materiais. Por fim, Marx afirma que tomou essa decisão porque: “o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista” (MARX, 2013, p. 221).

Harvey (2013), a esse respeito diz que o que ocorre é uma “dissecação” e/ou “descrição” sobre as nuances que priorizam a compreensão do processo de trabalho com uma perspectiva mais “universal”. Para facilitar a compreensão do leitor:

[...] Posso descrever com todos os detalhes físicos alguém que esteja cavando um buraco, inclusive sua relação com o trabalho realizado no passado e incorporado na pá; no entanto, apenas com base nessa descrição, não posso saber se essa pessoa é um aristocrata excêntrico, que cava buracos apenas pelo exercício, ou se é um camponês, um escravo, um assalariado ou um condenado. Assim, podemos olhar para o processo de trabalho como um processo puramente físico, sem saber absolutamente nada a respeito das relações sociais em que está assentado e sem nenhuma referência às concepções ideológicas e mentais que surgem, digamos, do modo de produção capitalista (HARVEY, 2013, p.139).

Marx (2013) seguidamente se refere ao momento em que o “capitalista” compra no mercado os fatores essenciais para o funcionamento da sua unidade produtiva, que incluem os fatores objetivos: meios de produção tais como maquinários, ferramentas, etc., e fatores humanos: força de trabalho – parafraseando Marx - uma espécie de mercadoria “inusitada”. Força humana comprada pelo “dono do dinheiro” como uma “coisa” qualquer com finalidade de ser “usada e despelada”. O autor esclarece que neste “processo de trabalho” são determinadas duas “características” peculiares:

[...] O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de

que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador (MARX, 2013, p. 221-222).

De acordo com Marx (2013), nesse processo, o “comprador” da mercadoria “força de trabalho” terá direito ao seu “uso”, enquanto que ao “trabalhador” transformado em objeto restará “ceder” o seu trabalho, isto é, o “valor de uso” vendido por ele no momento de necessidade. O autor afirma que o trabalhador será uma espécie de “fermento vivo” que atuará junto aos “mortos” incorporados “igualmente” no produto final. De outro lado, o operário é considerado no caderno de contabilidade do capitalista como um “ativo” entre os “objetos” e bens que incorporam o seu patrimônio e/ou riqueza acumulada. Segundo Marx, sob a ótica do proprietário da produção, o “processo de trabalho” traduz-se apenas no “consumo” da “mercadoria” por ele adquirida. Por sua vez, o trabalhador somente estará legitimado a “consumir” caso aumente os “meios de produção”. Como efeito, o processo de trabalho para o capitalista se resume em “interações” entre “objetos” que pertencem ao “comprador”. Ou seja, para o grande capital o que lhe interessa nesse processo é apenas o “produto” final para ser vendido no mercado global para aumentar a sua riqueza. (MARX, 2013, p. 222).

3 OS OLHARES DO TEMPO PRESENTE

Para compreender o significado do conceito de trabalho em Marx, optamos por consultar o próprio autor e também cinco intérpretes reconhecidos de sua obra: Gorz *et al.* (1980), Gorender (1993), Rubin (1987), Ricoeur (1994), Santos (2018) e Antunes (2003; 2018; 2020). Neste intento, primeiro vamos refletir sobre o conceito da divisão social do trabalho em Gorz *et al.* (1980). Segundo nos reportaremos a apresentação da edição brasileira de *O Capital* escrita por Gorender (1983). Em seguida, nos apoiaremos na interpretação de Rubin (1987) referente a *A Teoria Marxista do Valor* no que se relaciona ao conceito do fetiche da mercadoria. Logo após, iremos nos nortear pela leitura dos *Manuscritos Económicos e Filosóficos* de Marx, guiados pela hermenêutica de Ricoeur (1987), sobre *O Primeiro Manuscrito*.

No livro *Crítica da Divisão do Trabalho*, Gorz *et al.* (1980) afirma que a divisão capitalista do trabalho é a fonte de todas as alienações porque estrophia o trabalhador tornando-o um ser bruto, parcial e incompleto em suas habilidades e potencialidades. A sua racionalidade, inteligência, capacidade de criação e vontade é “sugada” pelos donos do capital, que se tornam autênticos “vampiros” na “jugular” do operário, confiscando desses até a última gota do seu saber para concentrá-lo em suas máquinas, numa tentativa de dominar todo o processo de organização do trabalho.

Não é de se surpreender que o produto do trabalho seja apossado pelo capitalista, transformando-se numa propriedade estranha, numa potência que o domina. Esta divisão que o capitalista impõe ao trabalhador entre trabalho manual e intelectual acaba compartimentalizando o seu saber, transformando a ciência em um conhecimento parcelado e, como efeito, apresentando a mutilação do homem ao reduzir sua capacidade de raciocinar.

Na verdade, o capital deseja uma organização científica do trabalho para uma maior produção e acumulação. Insaciável, não se sente satisfeito em controlar a ciência e o conhecimento do operário, por isso confronta o trabalhador para fazer com que ele sofra a perda de uma parte do seu ser, bem como da sua construção humana.

Em contrapartida, o capitalista, ao parcelar as tarefas e dividir o trabalho em manual e intelectual, monopolizando a ciência objetiva, somente ampliou o seu centro de dominação para coagir os trabalhadores para uma crescente acumulação. Para conseguir aumentar o seu lucro, o capitalista precisa explorar cada vez mais o operário, pois o lucro tende a ser direcionado para a mercadoria produzida.

É preciso também considerar que o empresário sofre com a concorrência de outros que, por sua vez, podem explorar ainda mais o seu empregado, conseqüentemente barateando a sua mercadoria. Outro aspecto a ser considerado é que, com o tempo, as máquinas utilizadas no processo de automação vão ficando gastas e obsoletas, já que a tecnologia sempre lança modelos mais avançados na tentativa de ficar menos dependente do trabalhador. E, sobre este, precisa explorar muitíssimo, pois, quanto mais conseguir explorá-lo, maior será a sua porcentagem de lucro. Esse processo de exploração funciona como uma espécie de efeito multiplicador negativo, podendo ser mais bem compreendido na citação abaixo:

Produzir e dominar, dominar a quem se obriga a produzir e que se escraviza a objetivos que lhe são desconhecidos, a instrumentos de trabalho dos quais que se lhe impõe minuciosamente o modo de usar: a vontade de domínio está profundamente inscrita na natureza das máquinas, na organização da produção, na divisão do trabalho que ela materializa: o capital, seus representantes e funcionários de um lado; os executantes do processo de produção de outro (GORZ, *et al.* 1980, p.11).

Na realidade, as técnicas de produção e a organização do trabalho sempre tiveram uma dupla finalidade: tornar o trabalho mais produtivo para o capitalista, que impõe ao operário um rendimento máximo através do ordenamento dos meios de produção, que por “inércia”, reproduzem as relações hierarquizadas de trabalho, as relações capitalistas de produção e das exigências de seu funcionamento. Assim, o processo de produção deve ser organizado de uma forma que a coação ao rendimento máximo seja entendida pelo próprio operário como uma exigência inerente da própria máquina. Enfim, esta é a exigência do capital, devendo o operário suportar o trabalho tanto quanto a quantidade, como o ritmo e a natureza da atividade diária.

Nesse sentido, a lógica estabelecida pelos donos do capital é a de controlar o trabalho através da fiscalização da produção, que possui sua raiz na estrutura da divisão social do trabalho. A finalidade dos dirigentes do capital nesse processo - que utiliza a força do trabalho do operário como meio para aumentar a sua acumulação - passa a ser imposta como uma exigência estranha ao trabalhador, que deve subordinar-se a todas as outras exigências.

Além disso, o capitalista, enquanto dono do capital, reproduz a ideologia da acumulação que passa a ser executada pelo operário via fazer-ofício, sendo controlado por um supervisor; funcionário do capital; fiscal; encarregado ou qualquer outra figura que simbolize o poder absoluto e despótico nos locais da produção.

Gorz *et al.* (1980) explica que o mecanismo do período manufatureiro é o próprio trabalhador coletivo – conjunto de outros tantos trabalhadores parciais – que desenvolve atividades alternadas que vão sendo incorporadas no processo produtivo, dele exigindo diversas capacidades, pois em alguns momentos ele necessita mostrar mais força e em outros, habilidades ou atenção, sendo que o mesmo indivíduo não possui em si todas essas qualidades em grau idêntico.

Dessa forma, as diferentes operações necessárias para a realização das tarefas são compartimentalizadas, priorizando satisfazer apenas o interesse do empresário para aumentar sua produção, em contraponto ao operário que deverá ser distribuído, classificado e agrupado segundo suas aptidões específicas, portanto, em nenhum momento sendo considerado o seu desejo.

É importante destacarmos que as peculiaridades naturais do trabalhador são as bases do processo produtivo sobre o qual a divisão do trabalho é implantada e subsequentemente se desenvolve. Com a chegada da manufatura, a força de trabalho passa a realizar certas funções restritas. Sobre este aspecto, Gorz *et al.* (1980), norteador pelo *O Capital*, explica que quanto mais incompleto for o trabalhador parcial, mais será perfeito como parte do trabalhador coletivo.

Esta inversão da natureza do trabalhador pode ser compreendida se considerarmos que a tecnologia capitalista e a divisão social do trabalho não se desenvolveram em razão da eficácia produtiva em si mesma, mas em razão de sua eficácia no contexto do trabalho alienado e forçado, isto é, uma sujeição do trabalho a um fim estranho. Ambos foram concebidos com o objetivo de tornar máxima a produtividade para o capital. Portanto, ao realizar o exercício de uma única função, o operário passa a ser transformado em órgão infalível dessa função, como uma peça de engrenagem na totalidade do mecanismo de trabalho.

As diferentes funções do trabalhador coletivo dentro das fábricas exigem graus de esforços variados: simples, complexos, inferiores etc. O operário passa a possuir, por esta razão, valores diferentes. Dessa forma, a manufatura cria uma hierarquia das forças de trabalho, que terá o salário determinado conforme a função que o operário desenvolver.

O problema dessa forma de organização do trabalho é quando o trabalhador individual fica preso durante toda a vida em uma atividade específica, já que a hierarquia em que as operações foram elencadas são também apropriadas às capacidades naturais ou adquiridas por ele. Além disso, as manipulações mais simples são separadas dos aspectos mais importantes

da atividade tornando-se uma função exclusiva, ou seja, o processo de manufatura sempre que se apropria de um ofício acaba produzindo uma classe de trabalhadores sem destreza. O trabalhador é condenado a uma determinada função que não favorece o desenvolvimento do seu potencial, ficando limitado, carente de um conhecimento mais abrangente, impossibilitado assim de se mover na pirâmide hierárquica imposta pela manufatura.

Como resultado desse modo de produção hierárquica surge a divisão social do trabalho, que classifica o trabalhador em capaz e incapaz. O mais grave é que ao ser considerado inábil, este trabalhador se torna brutalizado, pois para ele não existe nenhuma forma de despesa de aprendizagem ou investimento para a sua capacitação intelectual. Além disso, o valor da força de trabalho realizado por toda a categoria sofre uma queda. Este fenômeno faz com que o homem passe a ter uma existência bestial, porque o baixo salário recebido o possibilita apenas satisfazer as suas necessidades imediatas (comer, beber, morar etc.).

Gorz *et al.* (1980), explica que ao depreciar a força de trabalho, o capital faz com que as despesas com o aprendizado sejam diminuídas ou até mesmo desapareçam e isso acaba favorecendo o surgimento de um tipo de mais-valia, já que ao reduzir o tempo necessário à reprodução da força de trabalho é ampliado o domínio sobre trabalho. Como o capitalista é o dono de todo o processo de produção, considera, conseqüentemente, que toda a categoria de trabalhadores também pertence ao dono do capital. Nesse sentido, eles se tornam verdadeiros escravos, já que empregam a sua força de trabalho sem receber o valor equivalente. Assim, “a força produtiva resultante da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital.” (GORZ *et al.*, 1980, p.25). Dessa forma, o capital compartimentaliza o fazer, destacando as competências profissionais em funções mais qualificadas, subdivididas em subespecializações, desprovidas de autonomia, de controle e poder sobre todo o processo produtivo.

A manufatura submete o trabalhador à rigidez das suas ordens de disciplina, além de criar uma pirâmide hierárquica da organização do trabalho, com a finalidade exclusiva de aliená-lo, fazendo com que os resultados da sua produção se transformem em uma potência estranha e exterior a ele. Isso acontece porque o trabalhador estropeado perde o controle da produção, sendo por ela subjugado.

Gorz *et al.* (1980), esclarece que a fonte de toda alienação é a divisão do trabalho, pois à medida que o operário desenvolve uma atividade compartimentalizada, também vai se embrutecendo, transformando-se em um verdadeiro “monstro” porque o seu potencial,

inteligência e vontade vão sendo confiscados pelo capital, processo que se pode compreender através da seguinte citação

[...] esta cisão começa na cooperação simples em que o capitalista representa, perante cada trabalhador isolado, a unidade e a vontade do corpo de trabalho social; desenvolve-se na manufatura, que faz do trabalhador uma parcela de si mesmo; e completa-se na grande indústria, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e a coloca a serviço do capital (GORZ *et al.*, 1980, p.26)

Na verdade, o saber oficial da ciência e a força de trabalho ocupam, literalmente, espaços distintos dentro das indústrias, fazendo com que ao invés de permitir ao operário aumentar sua força produtiva através da apropriação desse saber, esta forma de organização segmentada faz com que este saber volte-se contra ele, portanto, o saber torna-se um inimigo do trabalhador sendo a ele oposto.

Desse modo, na manufatura, o trabalhador coletivo e o capital só podem enriquecer em sua força produtiva social se o trabalhador empobrecer em sua força produtiva individual. Por isso, quanto mais ignorante, embrutecido e coisificado for o trabalhador - a ponto de poder exercer somente atividades simples e parciais - mais fácil será para o dono do capital dominar e sugar suas forças. De acordo com Gorz *et al.* (1980, p.28) “subdividir um homem é executá-lo.”

Conforme a apresentação da edição brasileira do livro I, *O Capital*, o historiador Gorender (1983) afirma que Marx absorveu nos estudos de economia política de Adam Smith e David Ricardo, a teoria do valor-trabalho, que se baseava no entendimento de que: “o trabalho exigido pela produção das mercadorias mede o valor de troca entre elas e constitui o eixo em torno do qual oscilam os preços expressos em dinheiro.” (GORENDER, 1983, p. 13). Dessa forma, quando foi clarificada por David Ricardo a “medida de valor de troca” concomitantemente deu-se visibilidade ao tempo de trabalho escondido no interior das mercadorias. No entanto, o questionamento sobre a origem do lucro ainda continuava insolúvel. Somente a partir dessa ideia que Marx conseguiu construir a teoria de mais-valia, porém, ele partiu do conceito da mercadoria que ele considerava a “célula” originária do modo de produção dos proprietários capitalistas.

No que se refere a mercadoria, Gorender (1983) coaduna com os estudos de Marx sobre a compreensão de que o valor de uso é suporte físico do valor. Que o fato de a mercadoria conter um caráter duplo de valor de uso e valor resulta do caráter também duplo do próprio trabalho que a produz: trabalho concreto – (qualidades físicas do objeto), e trabalho abstrato (gasto indiferenciado da energia do trabalhador). Que o trabalho abstrato

estabelece relação de equivalência entre as múltiplas formas de trabalhos concretos, e por este motivo, vem a ser substância de valor. Que o trabalho criador de valor é o trabalho socialmente necessário - realizado sob a capacidade média da técnica, resultando na soma da “destreza” do operário, e a “intensidade” do esforço no desenvolvimento da atividade produtiva.

Gorender (1983) esclarece, que segundo Marx, o trabalho social deve ser percebido como valor, em razão da sua manifestação como forma cristalizada de trabalho abstrato. Já o valor de troca é manifestado no valor gerado através do processo de “intercâmbio” entre diferentes mercadorias. Ou seja, no processo de produção mercantil o “caráter” social do trabalho somente poderá atuar de forma indireta, sendo mediado pelo valor. Isto é, a partir desse momento, haverá uma priorização das relações econômicas, em detrimento das relações sociais entre as pessoas, dando origem ao processo ideológico (fetiche da mercadoria), e exploração da mais-valia da classe trabalhadora.

Gorender (1983) explica que à medida que a forma “valor” foi evoluindo como “valor de troca” surgiu a necessidade da criação do dinheiro: retirou-se entre as mercadorias aquela cujo valor de uso representaria por seus atributos corpóreos o trabalho abstrato e toda a sociedade incorporado em todas as mercadorias – independente do seu valor (ouro, prata). Com efeito, a criação do dinheiro, e o processo de circulação de mercadorias foi o caminho pavimentado para o surgimento do capital industrial que submeteu todas as outras formas de capital (comercial, empréstimo) a dominação do modo de produção capitalista. Este modelo de produção se afirma com a implantação de processos produtivos que priorizam a exploração e enriquecimento ilícito através da produção da mais-valia.

Na trilha de Karl Marx, Gorender (1983) afirma que a tese segundo a qual o capital é caracterizado por dois componentes, quais sejam: capital constante e capital variável - torna-se uma análise central nos estudos sobre a economia política marxista. Nesse aspecto, o capital “constante” (trabalho morto) que se cristaliza nos meios de produção, e o capital “variável” que é aplicado nos salários, e que favorece a criação da mais-valia em razão de ser o único elemento mutável no capital.

De acordo com Gorender (1983), Karl Marx ao desenvolver a teoria da mais-valia considerou os estudos dos seus antecessores sobre o “excedente” do trabalho:

O trabalho não é senão o uso da força de trabalho cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário. Sendo assim, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. O valor de uso

da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à própria. O dono do capital e empregador do operário se apropria deste sobrevalor ou mais-valia sem retribuição. Mas, embora sem retribuição, a apropriação da mais-valia não viola a lei do valor enquanto lei de troca de equivalentes, uma vez que o salário deve ser o equivalente monetário do valor da força de trabalho. Assim, a relação mercantil entre capital e força de trabalho assume o caráter de troca de equivalentes, ao passo que a criação da mais-valia se efetiva fora dessa relação, no processo de uso produtivo da força de trabalho (GORENDER, 1983, p. 18).

Gorender (1983) finaliza a sua apresentação afirmando a história nada virtuosa do surgimento e expansão do capitalismo, e retrata um lado obscuro da natureza humana marcado pelo egoísmo e pela violência extrema: fraude, extorsão, e escravização dos mais fracos.

Rubin (1987) contribuiu com a reflexão da concepção marxiana do objeto “fetiche” da mercadoria. Em *A Teoria Marxista do Valor*, realçou tal concepção, distanciando de uma “generalização sociológica” sobre “reificação”. Em sua obra, este autor quer compreender a concepção de Marx sobre o fetichismo afirmando que há uma ênfase à ilusão da consciência ante o fetiche da mercadoria. É o que diz: “[...] propriedade interna, natural, das próprias mercadorias. Em outras palavras, o que na realidade é uma relação entre pessoas que aparece como uma relação entre as coisas, no contexto do fetichismo da mercadoria.” (RUBIN, 1987, p. 19).

Das características vinculadas ao mundo do trabalho sobre fetiche-mercadoria, para Rubin (1987), merece destaque a essência da mercadoria produzida. Este é o foco da sua leitura, a qual busca na concepção de Marx o significado da mercadoria fetiche enquanto “algo”, “coisa sensorial” com propriedades “extrassensoriais”. É o que reflete sobre o tema, apropriando-se da concepção em Marx:

A teoria do fetichismo elimina da mente dos homens a ilusão, o grandioso engano originado pela aparência dos fenômenos, na economia mercantil, e a aceitação dessa aparência (o movimento das coisas, das mercadorias e seus preços de mercado) como essência dos fenômenos econômicos. Esta interpretação embora geralmente aceita na literatura marxista, não esgota, de maneira nenhuma, o rico conteúdo da teoria do fetichismo desenvolvida por Marx (RUBIN, 1987, p. 19).

De acordo com Rubin (1987), na primeira edição alemã de *O Capital*, Marx formula a sua teoria do fetichismo-mercadoria em uma única parte, título geral “Mercadorias”. Marx nesse tópico reflete sobre as bases concretas em que se fundamenta o fetichismo da

mercadoria, historicamente determinado pelas “formas objetivas” nas relações com o modo de produção mercantil. A teoria do fetichismo da mercadoria confere destaque às relações sociais de produção - economia mercantil. Contudo, adeptos de Marx, tratam a teoria do fetichismo como algo separado e independente da sua teoria econômica. Trata-se de uma parte isolada da teoria do valor, aproximando-se de uma “digressão literário-cultural” vinculada ao texto de Marx, no primeiro capítulo de *O Capital*. Esta é uma parte menor do capítulo, mas que possui uma “aura de profundidade”, dando conta da essência do fetichismo aos olhos de alguns admiradores de Marx.

Conforme Rubin (1987), é fundamental pensar a origem metafísica do “fetiche”, mercadoria, “atenção mística”, espiritual desprovida da concretude material e objetiva. Não é, para Marx, a dimensão mais relevante para revelar a forma mercantil do “fetiche” mercadoria. A teoria crítica do “fetiche” contempla uma valiosa crítica à cultura contemporânea centrada no consumo de mercadoria, onde a teoria econômica do valor se limita a uma forma “alienada”, “materializada” das relações sociais humanas. Pode-se nela observar a origem do contraste: o “operário” é forçado a se “autoalienar”, ou seja, abstraindo-se do objeto, envolto no sentimento de “estranhamento”, sentindo-se estranho ante o objeto produzido, fora da posse e da riqueza do objeto por “ele produzido”.

É importante destacarmos a contribuição de Paul Ricoeur, publicada no livro *Ideologia Y Utopia* de 1994. Ricoeur realizou uma série de conferências na Universidade de Chicago, em outono de 1975, sobre o pensamento de Karl Marx. Apresentaremos a seguir uma dessas conferências em que Ricoeur (1994) deu sua contribuição sobre o *Primeiro Manuscrito*, dos *Manuscritos Económicos e Filosóficos*, escritos por Marx em 1844. Nesse estudo, o autor anuncia que irá tratar sobre o conceito de ideologia. De acordo com Ricoeur, segundo Marx, a ideologia serve quase sempre para ocultar a dominação do trabalhador pelo dono do capital. O autor também esclarece que – embora o termo ideologia só apareça na “Ideologia Alemã” – é essencial para desvendarmos o problema central tratado nos Manuscritos: a redução da vida do trabalhador individual, tendo como contrapartida todo o sistema ideológico. Nesse caso, a fonte da ideologia burguesa é o trabalho expropriado do homem, utilizado para gerar riqueza. Como retrata a metáfora “O amo e o escravo”, ao denunciar que ambos não estão na mesma relação das coisas. Na verdade, o trabalhador se sujeita à dominação, porque precisa sobreviver.

De acordo com Ricoeur (1994), os *Manuscritos* administram um modelo para construir o conceito de ideologia como a inversão de uma relação estabelecida entre o mundo

humano com as coisas materiais, e o trabalho. Assim, há uma inversão do trabalho humano em entidade alheia, estranha e aparentemente transcendente ao homem: a propriedade privada ou, mais especificamente, o capital. Como efeito, haverá uma transformação da essência subjetiva do trabalho – no qual o homem aprimora a sua potencialidade, afirmando-se enquanto pessoa humana – que será abolida frente ao poder do capital, que irá se converter no paradigma de todos os processos similares. Algo humano será invertido em “algo” que lhe parece exterior, superior, mais poderoso e até mesmo sobrenatural.

Segundo Ricoeur (1994), nos *Manuscritos* o conceito de inversão tem uma significação muito técnica. Podemos observar vários tipos de intercâmbios entre o conceito feuerbachiano de esvaziamento do indivíduo no trabalho divino e humano, que foi invertido no poder alheio do dinheiro. Quanto a teoria de Marx, conforme Ricoeur (1994), esta revoluciona a história do pensamento porque interpreta a dialética das relações sociais com base no materialismo histórico, que enfatiza a estrutura econômica como determinante nas práxis cotidianas, da superestrutura ideológica dentro dela, o Estado, a cultura, criados pela sociedade, com a intenção de inverter a consciência da realidade, buscando legitimar o poder dos donos do capital sobre as classes menos favorecidas na pirâmide social.

Ricoeur (1994) explica que os *Manuscritos* não falam de ideologia, entretanto, como todo o processo de alienação, parte da análise econômica. Isso faz com que todas as partes contidas neste fenômeno se refiram indiretamente à ideologia, pois este conceito designa, inicialmente, certos processos de deformação e dissimulação da realidade, em virtude dos quais indivíduos ou determinados grupos expressam sua situação, ainda sem saber reconhecer todas as faces da realidade.

De acordo com Ricoeur (1994), nos *Manuscritos*, o ponto inicial de Marx para a análise do capítulo *O trabalho alienado* são os ensinamentos da economia política. Segundo Marx, a economia política entende que o trabalho humano é a única fonte de riqueza existente.

Diante disso, Ricoeur (1994) afirma que Marx deseja com sua tese contrapor uma análise da essência (*Wesen*) de Hegel, pela realidade dos fatos que foram tomados como um processo de estranhamento ou alienação, referente a contradição existente entre a teoria que diz que o trabalho é fonte de riqueza, e a teoria que pontua o salário como resultado do poder do dinheiro sobre o trabalho. Assim, Marx se apropria dos conceitos hegelianos “*Entfremdung*” e “*Entäusserung*” (estranhamento e alienação) para afirmar que eles expressam em comum apenas a inversão que lhe interessa como modelo de todos os processos ideológicos.

Este fato expressa meramente que o objeto que produz o trabalho – o produto do trabalho – o confronto com algo alheio (*fremdes*), como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que é cobrado no corpo de um objeto, que se há um fato material: trata-se da objetivação (*vergegenständlichung*) do trabalho (RICOEUR, 1994, p.81).

De acordo com Ricoeur (1994), a objetivação é um conceito central em Marx pelo fato de ser um processo em que algo interior se externaliza:

Quando entro no mundo pela primeira vez, tenho apenas uma vida interior. Somente quando eu faço algo, há um trabalho, um ato, uma ação, algo público e comum aos outros, porque para que assim seja como eu me realizo ou me atualizo. Só então eu realmente comecei a existir. A objetivação é este processo de realização da obra. Este é o conceito fundamental (RICOEUR, 1994, p. 81).

Ricoeur (1994), na intenção de fugir das armadilhas teóricas, sugere realizar uma hermenêutica do pensamento marxista, por considerá-la um gesto humilde que reconhece o processo histórico a que está submetido todo o entendimento humano sob o regime da finitude. Em contrapartida, a crítica das ideologias é um gesto orgulhoso de desafio contra as distorções da comunicação que se dão no contexto social. Dessa forma, ao fazermos a interpretação da realidade, primeiro consideramos a influência que o processo histórico estabelece, para, somente depois, nos opormos ao estado atual da comunicação mascarada por uma falsa ideia de liberdade política da fala.

Em sua obra *Ideologia y Utopia*, Ricoeur (1994) propõe uma justaposição hermenêutica que defina e demarque melhor esses conceitos, diferenciando-os das outras formulações conceituais, às quais a ideologia está contrapondo tanto a realidade como a ciência e a utopia, esta última concebida como uma fantasia. A primeira análise de Ricoeur (1994) sobre os Manuscritos enfoca a concepção de Marx sobre a relação estabelecida entre o homem social e político, para, subsequentemente, investigar o conceito de ideologia marxiano que é um paradigma no Ocidente.

Nesse sentido, Ricoeur (1994) interpreta que a objetivação é um conceito chave para Marx, pois é o processo em virtude do qual algo interior se externaliza e dessa forma se torna real. Em outras palavras, ao nascer, o homem possui apenas uma vida interior, portanto, a partir do momento em que ele faz algo, há um trabalho que significa um ato ou ação que se torna público e comum aos outros homens, ou seja, assim o homem se realiza passando de

fato a existir. Dessa forma, a objetivação é um processo de realização humana manifestada através do trabalho, e por esta razão, um conceito fundamental.

Conforme Ricoeur (1994), todavia, Karl Marx afirma que a economia política considera a realização do trabalho uma manifestação “perdida” para os trabalhadores e a objetivação representa apenas a perda de um objeto, bem como sua apropriação surge como estranhamento e alienação.

Ricoeur (1994) esclarece que: “apropriação e estranhamento são conceitos opostos entre si, porque apropriação significa “não se converter em proprietário, mas fazer próprio de um o que é alheio ao primeiro.” (RICOEUR, 1994, p.81–82). Este fenômeno é semelhante à quando lemos um texto escrito por outra pessoa, que independente da distância cultural entre nós e o autor, mesmo assim nos apropriamos das suas ideias.

O autor também observa que existe uma rica semântica de termos ao redor dos conceitos de Marx, sendo que estes, embora pareçam mais ou menos sinônimos, deve-se ter cuidado em compreender o seu verdadeiro sentido, porque muitas vezes esses termos são opostos entre si, e, portanto, nos induz ao erro. Assim, em contraste do eficiente está o deficiente; alheio com apropriação; estranhamento com reapropriação, etc. Na verdade, a análise de Marx revela a inversão tomada como um fato pela economia política, nesse sentido, o pensamento de Marx mais parece uma hermenêutica da economia política.

Ricoeur (1994) explica que, para a hermenêutica dar conta de realizar a sua tarefa crítica, é necessário desmascarmos os interesses subjacentes do empreendimento na busca do conhecimento. Em princípio, há o interesse técnico-instrumental que regulamenta as “ciências empírico-analíticas”, onde o sentido e a significação residem na explorabilidade técnica, isto é, os possíveis fatos revelados nas ciências empíricas são dados a priori da investigação, ou a posteriori, mas se limitam ao dado puro sem incorporar a interpretação.

4 O CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

A proposta desse capítulo é pensarmos o século XXI, considerando as grandes transformações no mundo do trabalho no contexto da globalização e da era digital, através de uma leitura crítica dos estudos desenvolvidos pelo saudoso geógrafo Milton Santos, e pelo sociólogo Ricardo Antunes.

Em seu livro, *Por uma outra Globalização*, Milton Santos (2018) reflete sobre o atual processo de produção global, considerando suas nuances e especificidades em nossa época. O geógrafo sugere uma interpretação dialética da realidade em profícua troca de saberes sobre este mundo em que vivemos. Ele esclarece que o tema central de seus estudos será fazer uma análise aprofundada do papel da ideologia sobre o processo da globalização do capital atual. O autor aposta em uma reviravolta na história da humanidade, devido a uma tomada de consciência cada vez maior - por parte das grandes massas - sobre sua identidade enquanto categoria trabalhadora e sua força política junto aos espaços de contradições das grandes lutas entre as classes sociais.

Santos (2018) afirma que o processo de produção da globalização recente se torna perverso porque o seu alicerce está estruturado em bases despóticas: a tirania da informação e do dinheiro em estado puro; a violência estrutural provocada pelo sistema capitalista; e o Estado Nação que se curva ao capital internacional especulativo e as políticas empresariais das multinacionais. No entanto, mediante o cenário de grandes negações impostas por esse novo modelo de produção mundial colonizado, o autor demonstra seu otimismo com a possibilidade em fazer uma mudança nos rumos da globalização atual.

Santos (2018) explica que o mundo globalizado foi fundado a partir de uma lógica econômica e financeira em todas as esferas da vida humana, entretanto, está sendo apresentado pela propaganda ideológica como um “conto de fábulas” encantado. O autor nos alerta sobre os perigos encobertos pelo mercado predatório que se diz universal, quando na realidade acentua diferenças econômicas e sociais nas comunidades em que se instala. Logo, o autor problematiza:

[...] para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes (SANTOS, 2018, p.10).

De acordo com Santos (2018, p.12): “a globalização pode ser compreendida como uma espécie de cume da montanha em relação ao nível do alcance do capitalismo mundial, sendo fundamental considerar os seus aspectos principais: o estado da técnica e o estado da política.”

As técnicas funcionam como famílias e/ou sistemas usados nos processos produtivos conforme necessidade específica. Porém, as grandes inovações tecnológicas têm uso privilegiado pelo grande capital. Em na contemporaneidade, as inovações da Ciência e tecnologia pelas Universidades produziram a unificação das técnicas, sendo destacada a técnica de informação - protagonista na comunicação com as demais.

É importante ainda ressaltar que, o processo de globalização se caracteriza devido à ação de dominação do mercado mundial pelo grande capital. Para tanto, uma das principais estratégias aplicadas pelas multinacionais foi negociar com o Estado para impor sua política empresarial em contraponto às relações humanas e sociais.

Santos (2018) destaca, entre as ações estratégicas: “[...] fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização vigente: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada.” (SANTOS, 2018, p.12).

Nesse sentido, a grande mudança do capitalismo atual está associada às novas formas técnicas em nosso tempo, que permitiram um salto histórico da civilização em razão da incorporação da técnica de informação no mundo dos negócios e processos produtivos em escala mundial: cibernética, informática, eletrônica e computadores. Ou seja, houve uma integração entre as técnicas que têm permitido a superação das fronteiras do tempo e da distância. Quer dizer, todas essas inovações tecnológicas permitiram uma convergência simultânea dos momentos em tempo integral entre todos os países. Isto é, as decisões e ações implantadas em um país, como um efeito dominó, irão atingir os outros continentes e territórios.

No entanto, as técnicas não são seres vivos autônomos, mas somente têm poder de atuação em razão da intermediação de políticas de interesses empresariais e/ou dos Estados Nação. O movimento de agregação das diversas técnicas diferentes compõe as empresas globais, que possuem uma forte tendência em invadir e espalhar-se por todos os espaços geográficos e produtivos nos países em que se instalam, pois, em cada local, funcionam com lógica produtiva fragmentada e parcial. Assim sendo, o processo de produção das mercadorias está dividido no mundo inteiro, porém, há uma inteligência que controla todos os processos.

No final, ocorrerá a união entre todas as partes fragmentadas - através da regência de políticas empresariais - que atuam na produção e comercialização junto ao mercado global. Por exemplo, hoje, a produção de grandes marcas do mercado da moda internacional (*Zara, Gucci, Dior* etc.) é realizada de forma parcial, isto é, o modelo da peça é desenhado por um renomado estilista no próprio país de origem, mas, a produção da peça pode ser executada em vários países, geralmente, em continentes mais pobres e vulneráveis: América Latina, América do Sul, África, Índia, etc.

Não obstante, isso não significa que o fato de a produção ter alcance mundial, que haja garantia de que a classe trabalhadora esteja sendo valorizada nesse sistema. Pelo contrário, o progresso tecnológico tem favorecido o aumento da exploração da mais-valia da força de trabalho, agora, todavia, em escala mundial. Por esse motivo, o trabalhador está a cada dia mais alienado em relação ao seu trabalho, além de ter aumentado a perda do valor real do seu salário, em razão do crescente número de desempregados no mundo devido ao advento da tecnologia.

4.1 O motor único da mais-valia universal

Desde o seu surgimento, o que mais importa para o grande capital é aumentar o seu lucro. A principal estratégia dos donos dos meios de produção é a expropriação do valor da mais-valia dos trabalhadores. Mas, afinal, o que é valor? Primeiramente, refere-se a uma quantidade de trabalho cristalizado em “algo”, podendo ser uma mercadoria em geral e/ou uma mercadoria específica - separada do conjunto das mercadorias – para tornar-se uma representação universal (dinheiro). Em comum, ambas as formas possuem o trabalho social expropriado do trabalhador.

Atualmente, com as metamorfoses do sistema produtivo, agora em alcance global, originou-se um novo tipo de exploração de mais-valia em escala universal - manifestada como uma espécie de motor único - localizado no interior do processo tecnológico de produção global. Essa nova forma capitalista de produção é diferente da antiga fabricação imperialista, caracterizada por diversos modelos de motores produzidos por diversas montadoras: Ford, General Motors, etc. Ou seja, atualmente, com o surgimento da globalização do processo produtivo das mercadorias, passou-se também a existir um motor único que trata exatamente dessa nova forma de mais-valia universal. Santos (2018) esclarece:

Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal. Esta tornou-se possível porque a partir de agora a produção se dá à escala mundial, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. As que resistem e sobrevivem são aquelas que obtêm a mais-valia maior, permitindo-se, assim, continuar a proceder e a competir. Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo (SANTOS, 2018, p.15).

Deveras, apesar de a mais-valia ser concreta e real, ela não é de fácil identificação em razão de sua característica de ser ao mesmo tempo efêmera, invisível e não possível de ser medida. Conforme Santos (2018), a competitividade bárbara entre as empresas multinacionais pelo domínio do mercado global promove uma verdadeira corrida desenfreada por inovações de suas mercadorias, que necessitam ser cada vez mais sofisticadas, luxuosas e exclusivas. Portanto, as empresas, para liderarem o mercado internacional, estão sempre demandando das Universidades novas tecnologias e matérias-primas diferenciadas. Por este motivo, a mais-valia escapa constantemente do campo material-concreto possível de medição.

4.2 O capitalismo e sua crise estrutural global

O capitalismo do nosso tempo é considerado “novo” em razão de vivenciar períodos e crises em tempo integral, devido às constantes oscilações no sistema, decorrentes de viver exclusivamente uma lógica contábil, em contraposição aos valores humanos e sociais. Como efeito, vivenciamos atualmente uma crise estrutural crônica. Santos explica:

Então, neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise [...] Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise. A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos [...] (SANTOS, 2018, p.17).

Na realidade, o grande problema da crise é que, a maior parte da riqueza e bens produzidos é apropriada pelas classes sociais que ocupam lugares privilegiados dentro da

sociedade capitalista. Estes são os mesmos que se apropriam da mídia e meios de comunicação para espalhar e confundir os espíritos, estimulando o individualismo, a competitividade, o consumismo, e diferentes manifestações de totalitarismos que, juntos, geram uma violência estrutural basilar nas relações sociais. Como resultado, evidencia-se uma regressão no tocante a esfera das garantias de direitos humanos, econômicos e sociais, além, do retraimento do investimento do governo em políticas públicas, gerando o alargamento do fosso entre os direitos sociais e a pobreza estrutural. Santos (2018) explica:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justificam as ações hegemônicas e levam ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo (SANTOS, 2018, p. 19).

Percebem-se aqui, duas violências centrais: o dinheiro em estado puro e a informação manipulada. O geógrafo afirma que na atualidade as informações são apropriadas pelas grandes empresas e pelo Estado, e utilizadas ideologicamente como forma de oprimir e aprofundar as desigualdades socioeconômicas. Ou seja, o que deveria ser utilizado como um bem comum, em contraponto, prejudica a maiorias das pessoas, porque são transformadas em “*fake news*” com a intenção de confundir e mascarar a realidade dos fatos.

Por sua vez, a violência do dinheiro foi ampliada com o surgimento do capital financeiro internacional. Atualmente, o sistema capitalista tem expandido globalmente seu alcance, através de novas modalidades de investimento: fusões entre instituições financeiras e empresas multinacionais (bancos, mineradoras, indústrias, seguradoras etc.). Estas instituições financeiras instalam-se nos países com a única intenção de usurpar os seus recursos e poupanças. De acordo com Santos (2018):

Nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia. O sistema financeiro descobre fórmulas imaginosas, inventa sempre novos instrumentos, multiplica o que chama de derivativos, que são formas sempre renovadas de oferta dessa mercadoria aos especuladores (SANTOS, 2018, p.22).

Historicamente, os grandes donos dos meios de produção sempre aumentaram os seus ganhos através da exploração da mais-valia do trabalhador; da expulsão de pequenos proprietários de suas terras; dos juros sobre a venda das mercadorias. Agora, em nossa época, o grande capital internacional incluiu a nova modalidade “especulação” financeira - via investimento em apostas especulativas na bolsa de valores - vislumbrando a possibilidade de ganho imediato pelo dinheiro em estado puro. Santos (2018) elucida:

E a finança move a economia e a deforma, levando seus tentáculos a todos os aspectos da vida. Por isso, é lícito falar de tirania do dinheiro. Se o dinheiro em estado puro se tornou despótico, isso também se deve ao fato de que tudo se torna valor de troca. A monetarização da vida cotidiana ganhou, no mundo inteiro, um enorme terreno nos últimos 25 anos. Essa presença do dinheiro em toda parte acaba por constituir um dado ameaçador da nossa existência cotidiana (SANTOS, 2018, p. 22).

4.3 A violência estrutural

Conforme Santos (2018), a violência sempre esteve presente em nossa sociedade, porém, sempre citada apenas na forma de violência funcional derivada, ou seja, desconsiderando a real violência estrutural, localizada na base da produção societal e responsável de fato pela violência central originária. A violência estrutural ocorre em nosso cotidiano de forma silenciosa através de decisões políticas e atos praticados contra as populações mais pobres. Isso faz com que a verdadeira raiz da violência não seja e/ou não queira ser percebida pela sociedade. E a sociedade, geralmente, culpa os mais pobres pela sua condição social. Santos (2018) esclarece:

Ao nosso ver, a violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz à emergência de novos totalitarismos e permite pensar que vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização. (SANTOS, 2018, p. 27).

No Brasil há uma diferença entre classes sociais marcante: de um lado, temos alguns “cidadãos” abastados, de outro, centenas de milhões de pessoas em situação de pobreza e/ou extrema pobreza. Estes últimos não têm garantido sequer os mínimos direitos constitucionais para atender as suas necessidades mais básicas e imediatas: saúde, moradia, educação e

emprego. O abandono do Estado se caracteriza como uma violência estrutural, pois a falta de oferta de condições dignas de sobrevivência reduz a expectativa de vida dos mais pobres, além de impactar na produção de novos casos de violência.

A globalização trouxe em seu “pacote” uma cultura de valores éticos e morais superficiais e destrutivos. Ou seja, hoje o dinheiro em estado puro e o consumismo sem limites são as novas regras de comportamento ditadas pelo capital predatório como exigência para obter o reconhecimento social. Santos (2018) afirma:

[...] O novo dinheiro torna-se onipresente. Fundado numa ideologia, esse dinheiro sem medida se torna a medida geral, reforçando a vocação para considerar a acumulação como uma meta em si mesma. Na realidade, o resultado dessa busca tanto pode levar à acumulação (para alguns) como o endividamento (para a maioria). Nessas condições, firma-se um círculo vicioso dentro do qual o medo e o desamparo se criam mutuamente e a busca desenfreada do dinheiro tanto é uma causa como uma consequência do desamparo e do medo (SANTOS, 2018, p. 28).

Lamentavelmente, em nossos dias, presenciamos um enorme sentimento de orfandade entre as pessoas, em razão de serem desvalorizadas, e devido à competição entre o capital financeiro e as empresas multinacionais, por mais dinheiro e poder. O resultado dessa disputa é uma condição humana cada vez mais insegura e solitária. Nesse mundo de competitividade não existe qualquer resquício de sentimento de empatia ou preocupação com o outro.

De acordo com Santos (2018), o descaso em relação ao sentimento de coletividade está escondido na compreensão do capital e leva as pessoas à descrença em um futuro possível. O medo espalha-se por todos os espaços da vida humana: do trabalho, da violência, da morte. Este sentimento de medo alastra-se como um vírus, contaminando a partir de uma violência obscura e confusa, mas estruturada na sociedade atual.

Percebe-se que o resultado da soma de todos esses medos provoca nas pessoas uma sensação de insegurança e uma “síndrome de pânico” crônica. Ou seja, a globalização é um processo muito perverso, principalmente porque são frequentes as repetições das variadas violências – sem vislumbre de solução – que levam a sociedade a uma “cômoda” naturalização da violência estrutural por considerá-la um mal sem solução possível (SANTOS, 2018, p. 29).

Conforme o geógrafo, a globalização é uma fábrica de atrocidades, na qual todas as formas de negações e privações aos segmentos mais pobres se tornam generalizadas: água

potável, comida, abrigo, trabalho, terra para plantar, e o direito de fazer parte de uma pátria. A cada dia aumenta o número de pessoas em situação de rua e migrantes vagando sem direção pelo mundo - como verdadeiras “almas penadas” sem um lugar para chamar de seu.

Por este motivo, a sociedade capitalista necessita resgatar o patamar de civilidade mínima pactuada pela ONU, por meio da Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948, objetivando garantir os direitos humanos básicos para todos os povos e nações. Um exemplo do que preconiza a Declaração: o direito a educação de qualidade para todas as crianças, evitando que elas sejam vítimas de exploração do trabalho infantil ou outras formas de ganhos degradantes para ajudar no orçamento familiar.

A priorização dos seres humanos nas agendas das políticas públicas e empresariais é fundamental para romper com o círculo de perpetuação da pobreza e da pobreza extrema em nossa sociedade. A pobreza não pode ser entendida apenas como renda monetária, mas deve considerar as condições estruturais que aprisionam os mais pobres na base da pirâmide social, sem qualquer chance de romper os elos das correntes que os escravizam.

A pobreza absoluta e a pobreza relativa se retroalimentam em razão, principalmente, de questões estruturais, portanto, devemos lutar por um avanço da ciência e da tecnologia, promovendo, conjuntamente, o desenvolvimento de um mundo mais humano, contrário ao uso das técnicas subordinadas aos interesses exclusivos do mercado financeiro internacional.

De acordo com Santos (2018), torna-se importante sublinhar que existem diversos tipos de pobreza, sendo consideradas três principais: a pobreza sazonal (ocorre algumas vezes no ano); a pobreza marginalizada (via processo econômico, produção e divisão do trabalho); e a pobreza estrutural (dívida social e presente no mundo todo).

O autor afirma que, em nossa época, vivemos um novo tipo de “pobreza estrutural globalizada”, que se utiliza de ações excludentes, dentre elas: o desemprego estrutural, a contínua perda salarial e a ausência de proteção social do Estado que é evidenciada pela multiplicação de indivíduos e famílias pobres sem moradia pelos grandes centros urbanos. Santos (2018) explica:

[...] Nessa última fase, os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos. A divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontâneo. Agora não. Hoje, ela obedece a cânones científicos [...] e é movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. Saímos de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do

trabalho [...] E essa queda do desemprego não atinge igualmente toda a população, porque os negros continuam sem emprego, em proporção talvez pior do que antes, e as populações de origem latina se encontram na base da escala salarial. Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais (SANTOS, 2018, p.36).

No horizonte da violência e da desigualdade social no mundo globalizado, consideramos fundamentais os estudos das obras de Ricardo Antunes, que faz um intercurso no tocante ao processo de reestruturação produtiva e o novo proletariado na era digital.

Em seu livro, *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, Antunes (2018) apresenta um estudo sobre as múltiplas nuances do mundo do trabalho no contexto do novo capital globalizado.

O autor se propõe a discorrer sobre o mundo do trabalho na era digital, através de uma investigação aprofundada das condições estruturais vivenciadas pelo “novo proletariado de serviços”, além da intensificação das perdas de direitos e contradições experimentadas em nosso tempo: informalidade; (i) materialidade; adoecimentos; padecimentos; precarizações; terceirizações; desregulamentações; assédios, etc. Outra questão que será analisada é a atual conjuntura socioeconômica e política, especialmente, as discussões e acordos coletivos trabalhistas na história recente do país.

Conforme Antunes (2018), no final do século XX houve uma espécie de encantamento com a nova fase de modernização das ciências e tecnologias. Havia uma expectativa de que a tecnologia digital iria revolucionar o mundo do trabalho positivamente e beneficiar a vida das pessoas de uma maneira nunca imaginada. Entre as novas atividades destacam-se: o trabalho on-line, digital e informacional. No entanto, Antunes (2018) alerta:

[...] Se o universo do trabalho on-line e digital não para de se expandir em todos os cantos do mundo, é vital recordar também que o primeiro passo para se chegar ao smartphone e a seus assemelhados começa com a extração de minério, sem o qual os ditos cujos não podem ser produzidos. E as minas de carvão mineral na China e em tantos outros países, especialmente do Sul, mostram que o ponto de partida do trabalho digital se encontra no duro ofício realizado pelos mineiros (ANTUNES, 2018, p.25).

Antunes (2018) utiliza-se da estética das fotografias iconográficas corporificadas em filmes para traduzir a representação visual da realidade brutal vivenciada pelos diversos trabalhadores (as) explorados (as) em condições degradantes nas mais longínquas “unidades” produtivas do planeta.

As cenas dos documentários elencados por ele denunciam a solidão, o sofrimento físico e mental imposto pelo capital aos operários (as) nos mais diversos continentes. Embora as unidades e atividades produtivas sejam desenvolvidas em países diferentes (minas, fábricas, *call centers*), a existência da imposição de uma condição sub-humana de trabalho é um ponto comum entre todas essas pessoas. Estas são reificadas e submetidas a toda espécie de opressões, humilhações, explorações, adoecimentos.

Nos casos mais extremos, inclusive, há relatos da ocorrência de suicídios por excesso de pressão para cumprimentos de metas abusivas. Dentre as empresas que exploram o trabalho humano em condições similares ao trabalho escravo, o autor cita a conhecida marca Samsung, junto com outras tantas empresas da China, Coréia do Sul, Índia.

Segundo Antunes (2018), nesse contexto, a condição dos trabalhadores imigrantes torna-se ainda mais ultrajante, pelo motivo da sua dupla condição dialética entre “o senhor e o escravo”: por um lado, negação por ser considerada clandestina e supérflua, e por outro, ser objeto de desejo dos empresários bilionários em busca da exploração de mão-de-obra barata (ANTUNES, 2018, p. 25).

Ainda na agenda da política dos direitos trabalhistas, é importante considerar as lutas das trabalhadoras por séculos. Há mundialmente um histórico extenso de exploração e desvalorização do trabalho feminino. As mulheres sempre sofrem, em diversos países, todos os tipos de abusos e violações: assédios morais; sexuais; salários inferiores; além de não receberem o reconhecimento social pela importância do seu trabalho. Por exemplo, quantas mulheres abandonam os sonhos pessoais de cursarem uma Universidade, para executarem o trabalho doméstico de cuidar da casa, dos filhos, e dos pais idosos? Ou seja, para compreensão do que significa o conceito trabalho em nossos dias, deve ser feita uma análise de uma conjuntura detalhada com levantamento de todos os recortes e questões que incorporam esta temática: classe, gênero, raça, etnia, transmissão geracional de valores. Dentro desse movimento de precarização cada vez mais acentuado do trabalho, surge uma nova categoria de proletariado de serviços ofertados pelas plataformas digitais. Antunes (2018) explica:

A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. Vide a experiência britânica do *zero hour contract* [contrato de zero hora], o novo sonho do empresariado global. Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a

“uberização”, amplia-se a “pejotização” [...], florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital (ANTUNES, 2018, p. 28 -29).

Esses aspectos da superexploração nos remetem às cenas dos filmes comentados pelo sociólogo nas quais a classe de trabalhadores é reconhecida como protagonista na tessitura da história do mundo do trabalho. O Norte “limpo” e o Sul “sujo” em todo canto do planeta. Trabalhadores prisioneiros em minas, indústrias, serviços de plataformas digitais, trabalhos domésticos. Esses atores compartilham sua história de sofrimentos terríveis, de lutas e perdas infundáveis. Nos documentários por eles descritos é retratada uma confusão de sentimentos contraditórios: solidão, pavor, nostalgia, falta de esperança. Estas emoções de horror, medo e desespero coadunam com a visão do Inferno, na obra *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri: “O poeta se surpreende numa selva escura, e dela não consegue sair, impedido por uma pantera, um leão e uma loba; subitamente, avista um vulto, a quem pede socorro, e vê tratar-se da sombra de Virgílio [...]” (ALIGHIERI, 1991, p.101).

Em vista disso, acreditamos ser uma luz possível a organização de sindicatos e/ou outras formas de organização da classe trabalhadora para lutarem pelos seus direitos mundialmente, sobretudo porque vivemos um novo capitalismo caracterizado por uma produção e hiperexploração de mais-valia em escala mundial.

Perante o que até aqui se expôs, Antunes (2018) faz vários questionamentos, entre eles o que consideramos central: “[...] por que apesar de tudo isso, o trabalho carrega consigo coágulo de sociabilidade, tece laços de solidariedade, oferece impulsão para a rebeldia e anseio pela emancipação?” (ANTUNES 2018, p.29). Nosso entendimento é que, apesar dos avanços tecnológicos, nenhuma inteligência artificial pode substituir o contato humano no cotidiano das relações sociais.

Antunes nos adverte, em pleno século XXI, sobre a condição de subserviência de bilhões de indivíduos e famílias no mundo inteiro pela violência do trabalho superexplorado, pior ainda, a tortura permanente do desemprego estrutural (ANTUNES, 2018, p. 30). A cada dia os noticiários informam a falta de emprego no mundo inteiro. Em vista desses fatos, é imprescindível uma discussão sobre a razão instrumental do Capital, que se abdica da sua responsabilidade social, tratando as pessoas como objetos descartáveis, abandonados para trás. Recorrendo a Marilena Chauí (2002, p. 283) “A razão instrumental [...] nasce quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar a natureza e os seres humanos”.

No entanto, Antunes (2018), mesmo perante a esta situação catastrófica, refuta o pessimismo sobre a enunciação do fim do trabalho e nos convida a filosofar com os pés plantados no chão. Primeiramente, sobre a relação dialética do trabalho em seu movimento contraditório. De um lado, o trabalhador escravizado, que se torna alienado e estranho ao produto de seu trabalho, que vai se tornar um poder independente dele. De outro, a existência ainda de um resquício de sociabilidade no interior das unidades produtivas.

Sem tergiversar, o outro ponto que Antunes (2018) afirma é que o trabalho é central na vida humana, mas o sentido de viver perde a sua beleza quando é destinado, exclusivamente, ao sacrifício do labor. Ou seja, é preciso romper com as correntes invisíveis da prisão ao trabalho para lutar pelo direito a felicidade.

Existe uma diferença entre o significado do trabalho concreto (potência social), e o trabalho abstrato (exploração) que sustenta um sistema capitalista selvagem. A tese central do autor, o sentido do trabalho, inclusive, título de uma entre suas obras, manifesta-se de forma antagônica. Todavia, como na dialética do “senhor e do escravo”, existe uma relação entre os dois, e um precisa do outro para existir.

[...] Mas é essa processualidade contraditória, presente no ato de trabalhar, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza, que (re)converte o estudo do trabalho humano em questão crucial de nosso mundo e de nossa vida (ANTUNES, 2018, p. 31).

4.4 Precarização do trabalho

Antunes (2018), diante da falácia do fim do trabalho, realiza uma investigação numa perspectiva dialética buscando entender a nova configuração dos serviços e as características da classe trabalhadora atual – pós-inovações tecnológicas. No Brasil, essas mudanças afetaram fortemente os operários na década de noventa - quando centenas de milhares de trabalhadores (as) foram demitidos (as) em massa nas grandes indústrias e empresas nacionais. Um exemplo concreto é o do setor bancário, que demitiu milhares de funcionários no país inteiro. Estes estavam locados nos diversos polos de compensação bancária, responsáveis pela digitação manual de cheques recebidos na “boca” do caixa. Em razão da implantação de um sistema operacional sofisticado que prometia mais velocidade, menos erros humanos, e menos custos com indenizações ajuizadas pela categoria devido ao adoecimento profissional (esforço repetitivo), vários trabalhadores foram dispensados.

Conforme Antunes (2018), a China se reinventou ao seduzir as grandes megaempresas ocidentais como a *Apple*, a *Nokia*, etc., para transferirem a produção para o país junto a empresa *Foxcoon* cidade de Shenzhen, objetivando a realização de grandes transações econômicas oriundas da redução de custos com a operacionalização e maiores ganhos no mercado internacional, principalmente, via negócios inescrupulosos com empresas terceirizadas. Estas megaempresas enriquecem com a exploração extrema da mão-de-obra local (pobres e vulneráveis). Nesse aspecto, é repugnante observar como a competição feroz pelo domínio do mercado faz com que empresas bilionárias se eximam de sua responsabilidade social, sem nenhum sentimento de solidariedade e coletividade.

A contratação terceirizada de trabalho humano está entre as principais causas de adoecimento profissional em razão de ambiente insalubre, tarefas repetitivas, jornadas exaustivas de trabalho, e falta de Equipamento de Proteção Individual – EPI 's. Ainda no Oriente, o sociólogo afirma que o capitalismo japonês promoveu novas formas de violências desconhecidas pelo mundo do trabalho ocidental: operários (*Decasséguis*) – jovens que dormem em cápsulas de vidro em busca de trabalho além de espaços como cibercafés. Nesses últimos, a “balada” da vez consiste em virar a noite na internet em busca de oportunidades de trabalho e renda. Antunes (2018) explica:

[...] Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs [tecnologia da informação e comunicação], que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI (ANTUNES, 2018, p. 35).

Em vista disso, a única coisa que não muda é a exploração da mais-valia, agora em escala global. Para tanto, combinam-se os métodos clássicos (Taylorismo e Toyotismo) otimizados pelas novas possibilidades da tecnologia: computador, plataforma digital, internet, Inteligência artificial. Antunes (2018) explica que houve uma mudança na lógica de operação do capital, que gerou financeirização e mundialização, incorporando uma nova divisão internacional do trabalho.

Existem duas realidades a partir deste novo modelo de capital. De um lado, o aumento da força de trabalho excedente que atualiza a “mais-valia” global. Do outro lado, um

gigantesco número de trabalhadores (as) expulsos do mercado de trabalho, inclusive, muitos com qualificação educacional de ponta. Tudo isso somado à chegada de imigrantes em busca de oportunidades de trabalho.

Mesmo havendo um intervalo de aproximadamente 200 anos em relação ao pensador Karl Marx, o professor Antunes (2018) mostra que o conceito de mais-valia e o conceito de valor são renovados pelo capitalismo contemporâneo do mundo das finanças e negócios empresariais. Estes segmentos uniram-se de forma perversa para super explorar a força de trabalho da classe operária através da terceirização da produção dos países ricos para os mais pobres. O esquema produtivo consiste, basicamente, em uma megaempresa multinacional contratar em países vulneráveis empresas menores para fabricação de suas mercadorias. Estas últimas contratam mão-de-obra por salários inferiores e oferecem condições de trabalho extremamente precárias e adoecedoras.

[...] Portanto, menos do que o fim da teoria do valor, tese tão difundida quanto equivocada, as empresas de terceirização se somaram aos exemplos de crescimento da extração do excedente de trabalho visando a criação de mais-valor e o aumento dos lucros. O exponencial processo de expansão das empresas terceirizadas configura também um enorme incremento para a produção de valor e de mais-valor [...] com salários menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla da legislação social protetora do trabalho, a terceirização assume cada vez mais relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho produtivo geradoras de valor (ANTUNES, 2018, p.37).

O ápice cruel desse processo de terceirização ocorre quando o capital internacional terceiriza sua produção para empresas menores que contrata e/ou submete os seus trabalhadores (as) a condições semelhantes ao trabalho escravo. Esse é considerado pela Organização Internacional do Trabalho como a forma mais degradante de exploração.

4.5 O trabalho em serviços e seus novos significados

Para Antunes (2018), ao contrário das previsões sobre o fim da lei do valor, o capitalismo se reinventou criando formas de aumentar os tipos de modalidades para exploração da classe trabalhadora: informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade.

Os novos métodos de extração de valor do trabalho humano abstrato se modernizaram com o uso da tecnologia digital pelas empresas líderes do mercado internacional, tornando, assim, ainda mais “invisível” a energia conjunta do trabalho social usurpado e cristalizado nos

valores das mercadorias. Ou seja, a entrada da tecnologia tem uma influência direta no processo de produção em razão de o valor ser sensível à presença das novidades tecnológicas (mais rapidez e sofisticação).

De modo inverso, a classe operária é atingida de forma negativa porque o valor do seu trabalho social ofertado sofreu grandes perdas em razão do aumento da velocidade na produção com a introdução da tecnologia moderna. Fato também observado por Marx (2013) em sua época:

[...] Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior. Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor (MARX, 2013, p. 116).

O autor David Harvey (2013) destaca na citação acima a importância de uma interpretação correta do conceito referente da teoria de valor: “[...] Falar de força de trabalho conjunta da sociedade é invocar tacitamente um mercado mundial que foi introduzido pelo modo de produção capitalista [...] trata-se de um conjunto global de relações”. (HARVEY, 2013, p. 30).

Por sua vez, Antunes (2018) explica que em nossos dias a produção não está apenas localizada na força de trabalho dos operários dentro das indústrias nacionais, mas, espalha-se em uma cadeia de exploração internacional na qual o “novo proletariado” da era digital também está sendo submetido a todo tipo de exploração (subcontratos terceirizados, tele entrega, plataformas digitais). Nesse novo cenário:

[...] o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lei do valor. A enorme expansão do setor de serviços e dos denominados trabalhos imateriais que se subordinam à forma-mercadoria confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo. O mito de que a “sociedade de serviços pós-industrial” eliminaria completamente o proletariado se mostrou um equívoco enorme. Evaporou-se. Desmanchou-se no ar. Na contrapartida, vem aflorando em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços (ANTUNES, 2018, p. 38).

Portanto, o capitalismo atual inova ao apresentar uma coleção de novas formas de trabalho que se apropria dos avanços da ciência e da tecnologia para aperfeiçoar ao limite a capacidade de criação de valor escondida no interior das mercadorias do comércio mundial.

Antunes (2018) explica que o capital é valorizado à medida que cria um elo entre o trabalho humano e o trabalho mortificado encarnado nas máquinas e computadores. Quer dizer, o capital está colonizando, sistematicamente, as pessoas de suas vidas, com a única finalidade de explorar novas possibilidades de mais-valia para aumentar o seu entesouramento.

Nesse ponto, os estudos de Antunes vão ao encontro da denúncia de Milton Santos ao afirmar que as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs são centrais para a execução do plano de globalização do mercado predatório pelas grandes empresas internacionais, atingindo, dessa forma, todas as indústrias e serviços localizados principalmente nos países em desenvolvimento.

A verdade é que a perversidade do grande capital é infinita, o que pode ser constatado pelos novos formatos de subcontratação de trabalhadores (as) dos níveis mais diversificados. Dentre esses formatos, Antunes (2018) cita o modelo “*zero hour contrato*” no qual os profissionais recebem apenas quando executam alguma atividade em si. Ou seja, ao contrário da filosofia progressista da Consolidação das Leis do trabalho - CLT, este tipo de acordo “zerado” fere diretamente os direitos trabalhistas tão arduamente conquistados pelas lutas sociais: descanso, final de semana, férias, previdência social. Alguns exemplos de profissionais que estão incluídos no universo dos antigos e novos explorados: cuidadoras (es), serviços gerais, eletricitas, motoristas, advogados, engenheiros, enfermeiras, médicos etc., portanto, presenciamos em nossos dias uma renovação do processo de escravização na era digital, quer dizer, a diferença é que hoje o segmento dos novos proletários abarca também os filhos (as) das classes médias da nossa sociedade. Ainda de acordo com Antunes, as opções do proletariado são muito desfavoráveis:

[...] de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos “aplicativos”, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão (ANTUNES, 2018, p. 39).

Nessa conjuntura, Antunes (2018) inclui também a categoria de trabalhadores vulneráveis que se aventuram como “empreendedores” ao mergulharem sem nenhuma rede de segurança no mar dos “tubarões” das transnacionais e plataformas digitais. Infelizmente, a grande maioria acaba se endividando ao tentar realizar o sonho em ser dono do seu próprio negócio.

Diante do grave quadro de desemprego estrutural, muitos profissionais – inclusive com graduação acadêmica – estão se submetendo a subcontratações nas plataformas digitais. Como exemplo, motoristas da *Uber* e entregadores de aplicativos. A *Uber*: “[...] uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas.” (ANTUNES, 2018, p. 40). Os trabalhadores (as) vinculados (as) à plataforma digital são obrigados a trabalharem em ritmo e velocidade ditados pelo capitalismo selvagem que aumenta os seus ganhos com a mercantilização do desemprego estrutural e o desmantelamento dos direitos sociais da classe trabalhadora no mundo inteiro: “[...]Submetidos a essas modalidades de trabalho, com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis” [...] “metas” [...] adoecimentos, depressões e suicídios(ANTUNES, 2018, p. 40).

Outro ponto considerado por Antunes (2018) trata da diluição dos limites entre o tempo vivido no trabalho e fora dele. Ou seja, em nossos dias, identificamos uma tendência crescente do trabalho em casa (*on-line e/ou home-office*). Contudo, o autor avalia os supostos ganhos e perdas reais para a classe trabalhadora em geral, em especial, na impossibilidade gerada pelo fato de a categoria reunir-se para lutar pelos seus direitos trabalhistas e pela liberdade tão duramente conquistada. Como efeito, isso pode significar “[...] o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais”. (ANTUNES, 2018, p.42-43).

Consideramos apropriadas as contribuições do pensamento de Hannah Arendt no tocante a questões elementares da vida comum humana. Arendt defendia uma visão pluralista na esfera política. Sempre lutando em favor da liberdade, da igualdade, e da inclusão do outro. Arendt foi aluna de Edmund Husserl (filósofo da corrente de fenomenologia).

Arendt (2012) em seu livro: *A Condição Humana*, afirma que a *vita activa* consiste essencialmente em labor, trabalho e ação:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano [...] têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. [...] O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana [...]. Dentro de suas fronteiras habita

cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política [...], mas esta pluralidade é especificamente a condição [...] de toda vida política (ARENDETT, 2012, p. 7).

A autora nos esclarece que a “vida ativa” não pode ser reduzida apenas às necessidades primárias, caso contrário, o sentido da existência não seria completo. Ou seja, é fundamental a construção de um espaço político e social para que os trabalhadores (as) possam se constituir enquanto sujeitos de direitos à dignidade da pessoa humana. A autora também faz um alerta sobre a importância da ação entre os homens sem a mediação dos objetos. Debalde aos ensinamentos dos grandes pensadores mundiais, o que estamos presenciando na contemporaneidade é justamente a destruição do que há de mais caro para a humanidade: liberdade e ser político no sentido grego. A ciência, que deveria produzir conhecimento em favor da vida, está sendo utilizada para criar mais objetos (trabalho morto) para o capital predatório contra a classe trabalhadora (trabalho vivo). Como resultado, o homem que necessita do trabalho vivencia um sentimento de estranhamento e descolamento nesse novo mundo de dominação digital, no universo da produção.

Infelizmente, estas “invenções” são pensadas na lógica do capital, isto é, a tecnologia busca reproduzir movimentos e comportamentos humanos com o interesse de facilitar o processo de comunicação entre as “coisas” – interação hoje possível pela internet – *versus* a eliminação cada vez maior do trabalho vivo. Enquanto não se consegue isso, as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs são utilizadas para o controle e superexploração da mais-valia de forma infundável: indústria 4.0, celulares, *tablets*, *smartphones*, robôs, inteligência artificial.

[...] o mundo do trabalho será a ampliação do trabalho morto, tendo o maquinário digital – a “internet das coisas” – como dominante e condutor de todo o processo fabril, e a consequente redução do trabalho vivo, através da substituição das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital (ANTUNES, 2018, p. 43).

Afinal, o que é “internet das coisas”? Basicamente ocorre quando um objeto-dispositivo se conecta ao outro através de uma inteligência artificial. Atualmente, o dispositivo “Alexa” tem sido a grande novidade no mercado internacional, pela capacidade

em obedecer a ordens, através de comando por sensor de voz. A tecnologia está causando um grande impacto no processo produtivo global. Ou seja, hoje, você encontra na maioria das indústrias e empresas: robôs, impressão 3D, cibernética, computador de nuvens etc. No entanto, a questão que nos desafia é a forma como o mercado dominador tem utilizado dos avanços dos TICs para controlar o comportamento e liberdades das pessoas.

Segundo Antunes (2018), o lado mais perverso é que o mundo empresarial utiliza ideologicamente de termos democráticos manipulados para confundir e fazer com que os trabalhadores (as) “vistam a camisa” de suas organizações e ideários: [...] “colaboradores”, “parceiros”, “sinergia”, “resiliência”, “responsabilidade social”, “sustentabilidade”, “metas” quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as “inovações tecnológicas da indústria 4.0”. (ANTUNES, 2018, p. 44).

Chauí (2002, p.416) esclarece: “A inversão entre causa e efeito, princípio e consequência, condição e condicionado leva a produção de imagens e ideias que pretendem representar a realidade”. Há uma intenção perversa por trás do discurso do capital, que cria essa espécie de dicionário invertido para “suavizar” e/ou “naturalizar” o controle sobre os trabalhadores (as). A autora ainda esclarece: “A ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico”. (CHAUÍ, 2002, p. 417). Ou seja, as classes dominantes se aliam aos intelectuais e universidades para propagar crenças e filosofias empresariais com o objetivo de controlar a mente dos seus funcionários para que eles aceitem docilmente a exploração da sua força física e mental sem reivindicar por melhores condições de trabalho e salários mais justos.

Em seu livro, *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*, Antunes (2020) afirma que no Brasil o universo da classe trabalhadora foi gravemente afetado pela pandemia, pois as empresas multinacionais foram obrigadas a parar o seu processo de produção em escala global. No entanto, entre os excluídos, existem aqueles (as) em condição de maior vulnerabilidade porque vivem em situação de pobreza extrema e desemprego estrutural. Essas pessoas lidam com o difícil paradoxo: de um lado, a orientação dos epidemiologistas para ficarem em casa como medida preventiva, de outro, a necessidade premente em buscar renda através de realização de “bicos” – atividades informais nas ruas para comprar arroz, feijão e leite para as crianças.

O autor explica que, infelizmente, essa fatalidade envolveu todos os países do mundo, entretanto os trabalhadores (as) foram os mais afetados pelo vírus devido ao fato de já existir

uma crise econômica. A grande maioria não teve o “privilégio” de ficar sob regime de “*home office*” ou “teletrabalho” assistindo a grande tragédia pela TV no conforto de seus lares.

O sociólogo fez um levantamento da perversidade da crise do trabalho no caso brasileiro:

Só para dar alguns exemplos, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do “maravilhoso” mundo do trabalho digital, com suas “novas modalidades” de trabalho on-line que felicitava os novos “empreendedores”. Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho (ANTUNES, 2020, p. 09-10).

Diante desse cenário de sombras e destruição sem precedentes do “sistema de metabolismo antissocial do capital”, o autor convida a classe trabalhadora a dar um belo “pontapé” nas bases estruturantes do edifício do sistema capitalista selvagem em prol da construção de um sistema menos desigual. Para tamanha empreitada, o autor sugeriu seguir a trilha de Mészáros (2011), que indica a eliminação do mal pela raiz “[...] pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado [...], pois esse complexo acaba por se repor”. (ANTUNES, 2020, p. 13).

Em seu texto, Antunes (2020) afirma que a pandemia Covid-19 mostrou ao mundo que o trabalho ainda continua central para a valorização da vida humana e para o florescimento das relações sociais. O sistema capitalista sempre busca formas de renovar as suas células de acumulação, mas ele não pode extinguir completamente o trabalho, pois sem ele, o capital não se valoriza. Por fim, ele questiona o que são as modernas plataformas digitais sem a “protoforma” primária do labor?

Em *Os Sentidos do trabalho*, Antunes (2003) esclareceu que o trabalho como “protoforma da práxis social” deve ser entendido de forma “genérica e abstrata” enquanto produtor de valores de uso. As primeiras trocas - primitivas e imediatas – estavam focadas na relação direta do homem com a natureza para construir objetos para o seu uso diário.

À medida que as “práxis sociais” desenvolveram, concomitantemente, a relação do homem com a natureza ampliou-se para construções mais coletivas e com a lógica de produções mais sociais. Portanto, entendemos que o labor essencial é aquele que produz valor de uso em favor do resgate da solidariedade nas relações humanas. Em especial, destacamos

aqui, o importante trabalho dos entregadores de aplicativos que arriscam suas vidas na pandemia carregando comida nas costas, enquanto sentiam fome:

Tudo isso estampa uma visceral contradição que atinge a totalidade da classe trabalhadora, que se encontra sob fogo cruzado: é preciso que haja isolamento social e quarentena para se evitar o contágio pelo coronavírus. Sem isso, a classe trabalhadora será cada vez mais contaminada, adoecendo e perecendo em maior quantidade. Mas como ficarão em isolamento social os/as desempregados/as, os/as informais, os trabalhadores/as intermitentes, os/as uberizados/as, os subutilizados/os, os/as terceirizado/as, isto é, aqueles que não têm direitos sociais e que recebem salários somente quando executam algum trabalho? (ANTUNES, 2020, p.20).

Sem pormenores, o autor expõe o calcanhar de Aquiles do “capitalismo pandêmico”, tornando visível o mundo do trabalho altamente precarizado e o desemprego estrutural crônico (naturalizado). Como efeito, evidencia um sistema capitalista extremamente destrutivo em razão da sua lógica financeira que prioriza políticas de desmontes com redução do papel do Estado, além da exaltação da era digital. István Mészáros (2011) em sua obra *Para Além do Capital*, citado por Antunes (2020), em relação a crise estrutural do sistema capitalista, nos chama atenção para a expansão nociva desse modo de produção na história da humanidade:

[...]. Na economia burguesa – e na época de produção à qual corresponde – este desenvolvimento pleno do conteúdo humano aparece como um completo esvaziamento, esta objetificação completa como uma total alienação, e este romper de todas as finalidades limitadas, parciais, como sacrifício da finalidade humana como tal a um fim totalmente externo (MÉSZÁROS, 2002, p. 604).

Antunes (2020) aponta que houve um agravamento da crise estrutural do capital no contexto da pandemia (cerca de 600 mil mortes no Brasil). Outro ponto preocupante é a situação do desemprego no mundo inteiro. Conforme o autor: “[...] Dados preliminares apresentados pela OIT projetavam a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral já no segundo trimestre de 2020 [...] sendo que 1,6 bilhões de pessoas viviam na informalidade” (ANTUNES, 2020, p.18).

De acordo com o IBGE (2021) o “desemprego” abarca aquelas pessoas com idade para trabalhar, mas que não estão trabalhando, e que buscam emprego. O cálculo desse quantitativo é feito pela PNAD contínua, que apontou no 3º trimestre de 2021 “um total de 13,5 milhões de desempregados. Por sua vez, já os números apresentados em relação aos “desalentados” - trabalhadores (as) que desistiram de procurar trabalho, mesmo estando

disponíveis - alcançaram um total de 5,1 milhões de pessoas. Os indivíduos categorizados em “subutilização” por insuficiência de horas trabalhadas são aqueles trabalhadores (as) que têm jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas que se disponibilizam a trabalhar por mais tempo. Estes somaram um percentual de 26,5% no levantamento.

O mais perverso nessa realidade é o preconceito moral contra o trabalhador (a) desempregado (a) em nossa sociedade. Ou seja, a existência de uma inversão na ordem dos fatos ao querer responsabilizar esses grupos vulneráveis por sua condição de exclusão social. Antunes esclarece:

[...] A esta simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, capital pandêmico. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver (ANTUNES, 2020, p.19).

Antunes (2020) destaca o atravessamento da crise da pandemia pela questão histórica das diferenças de classes sociais. No Brasil, as classes médias tiveram o privilégio de fazer o isolamento em casa e/ou sítios. Por sua vez, a “classe-que-vive-do-trabalho” sofreu uma violência sem precedentes ao presenciar centenas de milhares de familiares, vizinhos e amigos sendo colocados dentro de caixões, sem que os entes mais queridos pudessem despedir dignamente.

Nessa situação estão incluídos corpos de profissionais de saúde que foram verdadeiros heróis, morrendo ao tentar salvar vidas: enfermeiras (os), médicos (as) fisioterapeutas. A verdade é que muitas outras categorias de serviços informais (manicures, pedreiros, eletricitas, diaristas) expuseram-se ao risco de serem contaminados em razão de buscarem algum rendimento para sua subsistência - já que muitos não conseguiram acesso ao benefício “Auxílio Emergencial” do Governo Federal. Isso ocorreu, principalmente, com as pessoas em situação de rua, por não terem celulares e/ou internet para baixar o aplicativo “CAIXA TEM”, que apresentava também diversas inconsistências. A necessidade de portar um celular para acessar o aplicativo reforçou a violência estrutural e a desigualdade social, evidenciando a gigantesca exclusão digital da classe trabalhadora que vive abaixo da linha da pobreza.

Antunes (2020) concorda com o estudo do geógrafo David Harvey sobre o apontamento de uma forte influência da questão de classe na crise do Covid-19. Como se sabe, o coronavírus acometeu a todos os países (ricos e pobres), porém, as pessoas foram afetadas

de formas diferentes. A classe operária se desesperou porque o termômetro do desemprego explodiu e porque ela passou a depender do benefício “Auxílio-emergencial” do governo. Antunes (2020) afirma ainda que as principais violências agravadas no período da pandemia perpassam pela divisão sociossexual e racial: violência doméstica, feminicídio, fome, morte por contaminação. As mulheres negras, em especial, por serem ainda mais vulneráveis do que as brancas.

O autor apresenta um levantamento da realidade das empregadas domésticas brasileiras que totalizam “6,2 milhões, das quais 68% são negras”. Diante desse quadro, o autor afirma que a classe trabalhadora está vivendo uma situação limítrofe: “Entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade”. (ANTUNES, 2020, p. 20). Ou seja, a população brasileira está vivenciando atualmente a soma de todos os medos: fome, solidão e morte violenta. Como exemplo, o horror que vivenciaram centenas de milhares de vítimas do coronavírus que foram praticamente “sequestradas” da convivência com seus familiares para morrerem sozinhas em hospitais públicos sem direito a visita de um parente sequer. Thomas Hobbes escreveu que o medo da morte violenta e repentina foi o que originou o contrato social entre o Estado e os homens - a partir da garantia da vida e a paz entre os cidadãos (ãs). Contudo, o que o país está presenciando é a quebra vilipendiosa deste contrato por parte de quem deveria proteger a população.

Antunes (2020, p. 23) apresenta uma análise sobre o impacto do sistema “capitalista pandêmico” caracterizado pelo gigantesco número de mortes e agudização da pobreza estrutural pelo desemprego crônico. O autor sugere uma correção da categoria denominada “desemprego por desalento” em “desalento por desemprego”. Ou seja, aquelas trabalhadoras e trabalhadores que perderam qualquer esperança em procurar trabalho por terem consciência da sua condição de mão-de-obra descartável pelos critérios discriminatórios das grandes empresas (idade acima 40 anos, pouca e/ou nenhuma qualificação profissional), além de disputarem vagas com concorrentes nada convencionais: robôs e dispositivos de sistemas operacionais com inteligência artificial. Tornou-se tempo presente o futuro retratado na antiga série de desenho animado *Os Jetsons*. O autor ainda afirma que podemos incluir nesta tragédia sem fim para o mundo do trabalho:

A pandemia também impactou os trabalhadores de plataformas digitais e aplicativos, uma massa que não parava de se expandir e que experimentava as condições da chamada uberização do trabalho. Sem outra possibilidade de encontrar trabalho imediato, trabalhadores e trabalhadoras buscavam “emprego” no *Uber*, *Uber Eats*, *99*, *Cabify*, *Rappi*, *Ifood*, *Amazon* etc.

Tentavam fugir do flagelo maior, o do desemprego. Saíam do desemprego para a uberização, essa nova modalidade de servidão. Como o desemprego é expressão do flagelo completo, a uberização parecia uma alternativa quase “virtuosa.” (ANTUNES, 2020, p.22).

Parafraseando a representação dos entregadores de comida via plataforma digital: “a luta não é miojo”! Isto é: rápida e fácil de preparar. Principalmente, porque as empresas transnacionais utilizam de vários métodos para desencorajar a união entre os trabalhadores (as): ameaças de cancelamento, demissões, cooptação de sindicatos. O autor afirma que o que está por detrás dessas novas formas de exploração da força de trabalho é uma verdadeira teia de conspiração entre corporações, políticos corruptos, e poder judiciário inoperante. Há ainda a cumplicidade de grande parcela da classe média da sociedade que faz “vista grossa” para o “escalpelamento” da classe baixa que vive do trabalho. Pior, a classe média ainda não entendeu que os seus filhos (as) também são vítimas do desemprego estrutural - médicos (as), engenheiros (as), advogados (as) – em comum com os “uberizados” da era digital – também estão sendo obrigados a aceitar contratos precarizados (zero horas de trabalho) sem garantia de direitos trabalhistas e sociais.

Defronte o quadro destrutivo, Antunes (2020) esclarece que antes da pandemia existia um movimento do capitalismo predatório no sentido de reduzir ainda mais a “geleia” residual do trabalho vivo (social), em prol do trabalho morto (tecnologia digital). O autor resgata conceitos centrais em Marx como “exército de reserva” e “trabalho morto” para nos alertar sobre a mudança radical em nossas vidas com o advento da “internet das coisas”, sendo possíveis agora as interações inteligentes entre o mundo dos objetos (carros, celulares etc.), através de conexões em rede de sistema de computadores sofisticados.

Contudo, o autor nos chama atenção para o lado perverso dessa sedutora tecnologia digital que esconde a sua intencionalidade em eliminar o máximo possível o ser humano do processo de mediação da interação das coisas conectadas pela internet, e portanto “[...] conseqüente redução do trabalho vivo, com a substituição das atividades humanas por ferramentas automatizadas sob o comando informacional-digital, resultado do domínio “inquestionável” das corporações globais financeirizadas (ANTUNES, 2020, p. 23).

Considerando a fase destrutiva atual, Antunes (2020) questiona: qual é o caminho possível para o trabalho? Na tentativa de encontrar uma saída, primeiro o autor nos convida para olhar a forma como o mundo capitalista foi obrigado a parar literalmente no período da pandemia (indústrias, comércios, bancos etc.), e aprendermos alguma coisa com esta tragédia. Em seguida, o autor sublinha como sem sentido a anúnciação de muitos teóricos de que “[...]”

O capitalismo, segundo eles, poderia sobreviver mesmo sem a exploração do trabalho, sem mais-valor, visto que ingressávamos na era do conhecimento, onde tudo tornava-se imaterialidade.” (ANTUNES, 2020, p. 25). Na realidade, esta “previsão” não passa de uma falácia sem sentido. Conforme o autor, a prova cabal foi a importância do serviço dos entregadores de comidas no período de isolamento social. Ou seja, a evidência “ontológica” de que o ser social ainda continua tendo a centralidade do trabalho como essencial nas relações humanas:

[...] Sem trabalho, é impossível a geração de coágulos de valor e de riqueza social. E mesmo quando se recorre à ação do universo maquínico-informacional-digital, este só consegue fazer deslanchar o complexo produtivo global por meio do ato laborativo humano, que é imprescindível, nem que seja para ligar, conectar e supervisionar o maquinário digital com suas tecnologias de informação e comunicação, inteligência artificial, big data, internet das coisas etc. (ANTUNES, 2020, p. 25-26).

O que Antunes (2020) tenta explicitar é que a tragédia da pandemia parou com a crise estrutural do sistema “antissocial” do capitalismo mundial. O “desespero” das multinacionais ao serem obrigadas a parar a produção global em razão do coronavírus foi evidenciado porque “[...] sem trabalho não há valorização do capital, o que estampa seu traço de autêntico parasita”. (ANTUNES, 2020, p.26). Nesse sentido, o autor afirma haver grande semelhança entre o modelo “capitalismo de plataforma”, e a antiga “protoforma do capitalismo”. Isso porque, mesmo com todo o desenvolvimento da sociedade, historicamente, as classes dominantes (empresários e gestores) continuam concentrando riqueza e poder em contraponto aos milhões de trabalhadores (as) que se tornaram escravos digitais.

Fato é que o sistema capitalista não pode matar a “galinha dos ovos de ouro” do trabalho, mesmo que o seu desejo seja eliminar o ser humano do processo produtivo. Antunes (2020) nos convida a pensar uma nova forma de viver após a passagem do furacão “capitalismo pandêmico”. Uma alternativa que priorize uma perspectiva mais inclusiva, via produção mais social, que incorpore a maior parte da humanidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos nossos estudos foi impulsionada pelo desejo de desvendarmos a origem da violência e da desigualdade social em nossa sociedade.

Diante da complexidade dessa realidade, recorreremos a uma investigação guiada pelo estudo da obra *O Capital* de Karl Marx subsidiado pelas principais referências do pensamento da teoria crítica na contemporaneidade.

Apesar de Marx não ter presenciado o advento tecnológico da era digital e as metamorfoses ocorridas dentro do processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho, constatamos que muitos dos seus conceitos compõem o nosso contexto social atual.

A divisão social do trabalho continua sendo um mecanismo utilizado em nossa sociedade, que se caracteriza por separar o saber intelectual do manual, apropriando-se indevidamente da criatividade do trabalhador. Prova deste fato é que em nossos dias existe uma grande procura pelo diploma universitário – a mercadoria fetichizada do momento – pois o saber intelectual não garante, mas oferece maior oportunidade de um emprego formal. Entretanto, mesmo com o desenvolvimento intelectual, o ser humano continua sendo explorado pelo mundo empresarial global. A alienação do trabalhador ainda é viabilizada através da expropriação do produto por ele elaborado, pois este é apossado e transformado em mercadoria. Os conhecimentos produzidos pelo processo de desenvolvimento do trabalho também são confiscados pelo capital.

É importante destacar que, apesar de os trabalhadores serem explorados no período industrial, ainda existia a possibilidade de emprego, já que na modernidade era comum uma pessoa desempregada engrossar a lista de espera do “exército de reserva” aguardando ser chamada para uma colocação. Fato impossível em nossos dias, porque o desemprego é estrutural, em razão de o capital cada dia incorporar mais tecnologia em seu processo de produção, assim, o sistema capitalista não consegue mais absorver toda a classe trabalhadora.

Quanto ao aspecto ideológico, conforme apresentado por Ricoeur (1994), o dono do capital mascara a realidade, objetivando alienar o trabalhador e dominá-lo. A ideologia ainda é muito empregada na contemporaneidade pelos empresários sob a nova roupagem de “métodos participativos” e de “qualidade total” que exploram o trabalhador sem que ele perceba.

Dessa forma, a leitura que realizamos nesse estudo sobre as novas configurações do processo de trabalho formal, suas implicações para as camadas menos abastadas da população

e suas interfaces com o mercado informal e subcontratações nas plataformas digitais, possibilitou algumas considerações acerca da temática.

Diante desta dissertação apresentada em que bebemos na fonte de importantes pensadores que se debruçaram sobre a missão de desvendar todas as nuances do sistema capitalista, consideramos pertinente compartilhar as proposições sugeridas pelos autores para ajudar a avançar no horizonte dos caminhos possíveis para a superação da violência e da desigualdade social.

Nesse aspecto, os estudos das obras de Antunes (2003; 2018; 2020) foram essenciais para aprofundarmos a nossa compreensão do mundo do trabalho na era internet. Em suma, o autor pondera que o metabolismo social do capital – formado pelo “tripé” capital, trabalho e Estado – nunca foi tão “destrutivo” como na contemporaneidade. Este sempre encontra um meio perverso para renovar o seu “arsenal” de exploração da classe trabalhadora através da escravização do que ele denominou “novo proletariado” de serviços na era digital.

Segundo o sociólogo Antunes, estes trabalhadores são obrigados a ficarem “plugados” em tempo integral caso desejem encontrar alguma forma mínima de trabalho (motoristas de aplicativos, entregadores, profissionais do *care*). Ou seja, não satisfeito em explorar a mais-valia dos trabalhadores contratados por salários míseros, o grande capital resolveu estender os seus “tentáculos” gananciosos para lucrar sobre a força de trabalho em condição miserável de desemprego estrutural.

Antunes (2020) afirma que agora tem condições de fazer uma avaliação mais assertiva em relação ao capitalismo do século XX, além dos impactos no mundo do trabalho gerados pela crise da pandemia Covid-19, que afetou brutalmente aqueles que vivem do trabalho no mundo inteiro, principalmente, os mais vulneráveis: terceirizados, intermitentes e desempregados. Conforme sua análise esta grave crise de largas proporções (econômicas, sociais, saúde, ambiental) mostrou os limites do sistema capitalista em todo o planeta.

Diante do capitalismo violento e destrutivo, Antunes (2020) aponta a importância das lutas sociais como ação central. Dentre as suas propostas para a superação da violência da pobreza e desigualdade social provocada pelo capital, bem como a exploração da mais-valia em escala global, via, agora, pela implantação da “divisão social internacional do trabalho”, o autor afirma que a estratégia de sobrevivência frente às perversidades do sistema será a união da classe trabalhadora nacional para construir uma agenda internacional.

Assim, Antunes (2020) sublinha a importância do fortalecimento do sentimento de pertencimento de classe universal para o enfrentamento do capitalismo global. Incluindo,

principalmente, a força de trabalho descartada pelo grande proprietário empresarial que sofre violência estrutural perpetrada pelo Estado neoliberal que se aliou ao capital predatório: trabalhadores assalariados, terceirizados, informais, domésticos, intermitentes, uberizados, subempregados, desempregados, além dos movimentos que lutam pela efetivação dos direitos sociais das minorias, e preservação da vida: ambientalistas, mulheres, negros, indígenas, imigrantes, homossexuais.

Conforme Antunes (2003), o sentido do trabalho é vital para a classe trabalhadora em contraponto à nocividade do trabalho alienado, assalariado, fetichizado e estranhado imposto pelos empresários capitalistas aos trabalhadores.

Outra reflexão trazida pelo autor refere-se à importância da mudança dos nossos valores de consumo, em prol de uma “desfetichização” da produção excessiva de “objetos”, que estão sendo colocadas no lugar das relações humanas e sociais. Nessa proposta de uma visão de mundo mais coletiva e saudável, o sociólogo sugere incorporar entre as lutas sociais por mudanças, a “redução” da jornada de trabalho, concomitantemente ao “direito” do trabalho para todos os trabalhadores excluídos do processo produtivo em nossa sociedade. Desse modo, tornando-se crível que a força de trabalho possa participar ativamente de todas as etapas da produção priorizando uma atividade produtiva voltada para as necessidades de desenvolvimento “humano-sociais”.

Por sua vez, Milton Santos (2018) vai nos alertar sobre o fato de o processo de globalização atual não ter sido construído de forma coletiva, ancorado no âmago das ideias possíveis, mas, ao contrário, se trata do resultado de uma ideologia imposta por um sistema de dominação dos países subdesenvolvidos, pelo grande capital. Neste aspecto, o autor esclarece que o papel da ideologia é justamente confundir os espíritos com a intenção em deixar no “ar” aquela “sensação” de que não existe possibilidade de lutar por um futuro melhor. Não obstante a violência do capital globalizado, o autor se mostra otimista ao apresentar as suas proposições para pensar alternativas “por uma outra globalização” mais inclusiva e humana.

Nessa direção, Santos (2018) nos convida a ampliarmos o nosso olhar para além do mundo tal qual como conhecemos, buscando resgatar em nós o ideal de “utopia” para voltar a lutarmos por um projeto de sociedade que contemple ações coletivas e solidárias, que respeitem os valores centrais na vida humana: liberdade, dignidade e felicidade.

Segundo as reflexões de Santos (2018), o futuro é um conjunto de muitos pensamentos, emoções, quereres, e portanto, sendo possível todo o tipo de “arranjos” e “rearranjos” em

contrapartida ao discurso único manipulado pelo uso centralizado da técnica de informação capitalista.

Contrariando o pensamento descrente, Santos argumenta que o momento atual é favorável para uma construção coletiva em razão da tendência das populações e povos originários de vários espaços geográficos se concentrarem em áreas urbanas. Conforme o autor, se por um lado isso facilita o “doutrinação” das pessoas pelo sistema oficial para que aceitem sem questionamento a desigualdade e abandono do Estado, por outro lado, a pobreza e a dificuldade material podem ser fonte de inspiração para os segmentos excluídos unirem-se para reivindicação de um uso criativo e inclusivo dos avanços da tecnologia.

As ideias de Santos (2018), e Antunes (2020) se convergem no entendimento de que um dos fatores que favorecem o domínio ideológico e existencial do processo de globalização é o comportamento consumista em geral. Nesse sentido, os autores nos orientam a substituir uma lógica de consumo desenfreado por um consumo consciente e comprometido com a cidadania e preservação da natureza e meio ambiente.

Santos (2018) acredita que o desenvolvimento da consciência de si dos indivíduos em conjunto com o fortalecimento de uma perspectiva de cidadania, será central para a luta por reformas das atuações institucionais e políticas, tornando possível uma valorização das comunidades e territórios de grande concentração de habitantes – espaços geográficos marcados pela violência da desigualdade social.

O autor é veemente ao afirmar que somente é possível a construção de outra história, com um movimento “de baixo para cima”, através da participação dos diversos povos e culturas de países subdesenvolvidos. Portanto, segundo Santos, um novo “mundo possível” só tem chance de emergir a partir de uma mudança da comunidade global.

Nessa direção, o geógrafo nos orienta para a necessidade em revermos as nossas crenças preconceituosas em relação às populações mais pobres. De acordo com Santos “[...] a miséria acaba por ser a privação total com o aniquilamento, ou quase, da pessoa. A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível.” (SANTOS, 2018, p. 65).

O geógrafo afirma que é fundamental para a elaboração de um projeto social, a valorização do potencial da produção local, e somente depois, conectar esse pequeno espaço a maiores empreendimentos, desenvolvendo junto a estas comunidades – em contraponto aos discursos políticos – uma aliança transparente que respeite as suas crenças e práticas.

A despeito dessas observações, Santos (2018) nos ensina a importância de um planejamento de ações dentro de uma perspectiva “dialética” facilitando a construção de um plano que concilie o saber “particular” local com o processo de globalização “universal”, melhor dizendo, buscando sempre deixar “vivo” um sentimento de “utopia” e “esperança”.

Para o autor, essa atitude positiva em relação ao fenômeno de globalização irá possibilitar a compreensão da totalidade da realidade dada como “imutável” e o campo do “possível unitário” ainda não concretizado.

Outra transformação que Santos (2018) acredita que irá contribuir para a mudança da ordem das coisas será a tendência da classe média – que agora começa a sentir a falta de emprego, queda de salário, endividamento, incerteza profissional para o futuro dos filhos – em breve, unir-se com as camadas mais pobres, e começar a participar dos espaços de decisão política.

Não obstante, o geógrafo nos alerta que essa tomada de consciência deverá ser de forma gradativa em conformidade com a evolução de consciência de cada cidadão. Todavia, esse despertar da consciência individual – mesmo que tímido – tenderá, com o tempo, a desenvolver uma visão mais “sistêmica” aprendendo a identificar as etapas e relacioná-las com o todo do processo global.

As proposições de Santos (2018), no que se referem aos caminhos que possam favorecer a alteração do quadro de violência e pobreza estrutural vão ao encontro com as propostas de Antunes sobre a necessidade de um “novo modelo econômico” que repense a “distribuição” de todos os recursos produzidos pela classe trabalhadora socialmente, porém, de forma mais equitativa e solidária.

Para aqueles que acham essa proposta de mudança “otimista demais”, Santos (2018) chama a atenção para o fato de que o processo de globalização foi implantado no país, via invasão do capital internacional - com apoio do Estado nação e um forte discurso ideológico - que faz aparentar não haver qualquer possibilidade de reverter o estado das coisas.

No entanto, ele insiste em afirmar que acredita na possibilidade de uma inversão desse cenário a partir dos recursos materiais que já existem: a tecnologia e o movimento popular iniciado, culturalmente, pela base da pirâmide social. Ou seja, ações populares, artísticas e culturais que dão “voz” e visibilidade às comunidades excluídas. De acordo com o autor, essas iniciativas são o ponto de partida para criação paralela de uma economia e política territorializadas.

As reflexões e propostas de Antunes (2020) e Santos (2018) nos despertaram um novo olhar sobre os indivíduos e famílias inseridas nos Serviços de Proteção Social Especial da Assistência Social por estarem em situação de risco ou violação de direitos.

Diante da investigação realizada por meio dessa dissertação, a conclusão a que chegamos é a de que todos esses indivíduos e famílias considerados como público-alvo elegível da política pública de assistência social, na realidade, são integrantes da classe que vive do trabalho em situação de desemprego estrutural: mães e pais responsáveis pela proteção dos filhos, deficientes e idosos.

Ao fim dessa dissertação, o sentimento de esperança e utopia transmitidos pelos autores brasileiros é o alimenta a crença na possibilidade de contribuição para a superação da violência e desigualdade social. Afinal, a utopia é a forma pela qual repensamos, radicalmente, o que está instituído em nossa sociedade, em busca de um novo campo possível, de uma nova forma de viver a realidade.

Nesse sentido, apesar dos desmontes que atualmente estamos presenciando no país, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem o compromisso constitucional em ofertar proteção social e afiançar seguranças, quais sejam: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. Conforme a PNAS/2004 Brasil (2005):

- Segurança de rendimentos é uma “[...] garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã”;
- segurança da acolhida, entende-se “[...] ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestiário e ao abrigo, próprios da vida humana em sociedade [...] outra situação que pode demandar acolhida, nos tempos atuais, é a necessidade de separação da família ou da parentela por múltiplas situações, como violência familiar ou social, drogadição, alcoolismo, desemprego prolongado e criminalidade”;
- segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio; “é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações”.

Entre os objetivos e diretrizes da PNAS/2004 Brasil (2005), existe o entendimento da importância da participação da população por meio de espaços para a realização do controle social dos usuários da política. A ideia de controle social tem raiz na Constituição Federal/1988, em Brasil (2010) com a proposta de ser um espaço para a participação pública – conferências, conselhos, comissões - na gestão com caráter democrático e descentralizado.

Contudo, na prática, ainda são incipientes as ações coletivas juntos aos indivíduos e famílias. Na verdade, entendemos que no Brasil, a participação da população sempre foi um grande desafio. Em especial, porque percebemos uma cultura paternalista e eleitoreira ainda muito forte em nossa sociedade, tornando-se necessário pensar formas de fortalecer a base das representações nos territórios.

Nesse sentido, concordamos com Santos (2018) sobre a importância do despertar da consciência individual sobre a realidade vivida, para que a classe trabalhadora possa se unir para romper com o domínio do capital selvagem.

Finalmente, é importante ressaltar o papel do Serviço Social enquanto profissão instituída no bojo das contradições capital *versus* trabalho. A prática profissional do assistente social dentro da política pública de Estado é central para o tempo contemporâneo, caracterizado por uma política pública de capitalismo global e neoliberal. Esse novo sistema, cada dia mais, tem contribuído para o desmantelamento dos direitos sociais tão arduamente conquistados no governo Lula/PT.

Entre as vitórias no campo da proteção social, destacamos a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (1993), que tem como objetivo garantir a proteção social às famílias e que instituiu o Benefício de Proteção Continuada (BPC) - destinado a pessoas com deficiência e idosos sem condições de prover as suas necessidades básicas. Posteriormente, o governo Lula estendeu essa proteção às famílias mais pobres através da criação do Programa Bolsa família:

[...] O Programa Bolsa-Família resultou da proposta do Governo Federal, lançada no dia 20 de outubro de 2003, para unificação dos Programas de Transferência de Renda, inicialmente restrita a unificação de quatro programas federais: Bolsa-escola, Bolsa-alimentação, Vale-Gás e Cartão-alimentação. Foi instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Constitui-se no principal Programa de enfrentamento à pobreza no Brasil no âmbito da Estratégia Fome Zero, tendo por objetivos: a) combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; b) Promover a inclusão social,

contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade social [...] Destina-se a famílias pobres” (SILVA E SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2008, p. 134-135).

Infelizmente, presenciamos o desmantelamento promovido pelo governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro sobre vários aspectos da política pública de assistência social. A substituição de um dos principais programas de renda básica de cidadania - Programa Bolsa Família – PBF - pelo Programa Auxílio Brasil (instituído pela Lei nº 14.284. De 29 de dezembro de 2021) é um desses exemplos.

É importante sublinhar que o PBF foi um programa gerencialmente planejado e articulado com outras políticas, vislumbrando a proteção integral e emancipação da família como um todo. Em direção contrária, o “Auxílio Brasil” tem como interesse apenas um repasse de renda pontual para o indivíduo de forma isolada - sem nenhuma preocupação com o futuro da infância, com a família, e com o cidadão/trabalhador em situação de desemprego estrutural. Outro ponto preocupante do PAB, é a não existência de uma medida justa para o repasse do benefício (R\$600,00 reais). Por exemplo, uma unidade familiar composta por uma mãe com várias crianças, recebe o mesmo valor de uma pessoa adulta que vive sozinha. No caso, as famílias com crianças pequenas e/ou adolescentes se encontram em condição de maior vulnerabilidade social.

Infelizmente, no contexto do capitalismo brasileiro atual, a classe de trabalhadores e a população mais vulnerável vem sofrendo com o surgimento de um neocapitalismo espúrio que prioriza os interesses do mercado internacional através da privatização Estatal e desmonte das políticas públicas construídas na conjuntura dos dois governos Lula/PT (01/01/2003 – 01/01/2011).

Esse desmantelamento do poder público em prol de uma economia de mercado internacional está esvaziando o olhar do Estado e a sua responsabilidade em relação aos mais pobres e miseráveis. Isso se deve, sobretudo, porque o atual “desgoverno” totalitário e neoliberal do então presidente Bolsonaro está concentrando suas ações estratégicas apenas em uma política casual do “Deus” dinheiro. Em direção oposta aos princípios da democracia, o atual governo está desmontando, sem nenhum pudor, a política pública de Estado.

Concluimos então, nesse cenário de capitalismo contemporâneo marcado pela exploração da mais valia global - flexibilização, terceirização, uberização - além do desemprego estrutural e das desigualdades sociais, a ausência do Estado é a pior forma de

violência contra a população mais pobre. Principalmente, no caso brasileiro, em que já existia uma política pública de assistência social consolidada.

REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Villa Rica, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2012.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS). **Coletânea de termos técnicos utilizados no SUAS**. Belo Horizonte: ASCOM, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 44 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

BRASIL. **Lei orgânica da assistência social (LOAS): lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e legislação correlata. 2.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação, n.135).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado e Assistência Social – CREAS**. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social PNAS/2004: norma operacional básica NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (org.). **Atlas da violência**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 19 out.2021.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 12 ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

GORENDER, Jacob. Apresentação. *In*: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Victor Civita, 1983.

GORZ, André *et al.* **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GUERRA, Andréa Máris Campos; SILVA, Cristiane de Freitas Cunha; Ricardo Silvestre da. **Violência, território, família e adolescência**: contribuições para a Política de Assistência Social. Belo Horizonte: Editora Scriptum, 2015.

HARVEY, David. **Para entender o capital livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HOUAISS, Antônio *et. al.* **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 06 dez. 2021

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1975.

MARX, Karl; ENGEL, S Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A, 1998.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política –livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. 1 ed. rev. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

RICOEUR, Paul. **Ideologia y utopia**. Compilado por George H. Taylor. Barcelona: Gedisa, 1994.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., 1987. (Coleção teoria e história, 13).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editorial Boitempo, 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social no Brasil no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 4.ed. rev. e atua. São Paulo: Cortez, 2008.

TEORIA crítica. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_crítica. Acesso em: 3 mar. 2022.